

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

RAISSA MATOS DE ARAUJO

**BRINCANDO NOS ESCOMBROS: INFÂNCIAS NAS ÁREAS LIVRES DE
OSASCO/SP**

**FRANCA
2023**

RAISSA MATOS DE ARAUJO

**BRINCANDO NOS ESCOMBROS: INFÂNCIAS NAS ÁREAS LIVRES DE
OSASCO/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana.

FRANCA

2023

A663b Araujo, Raissa Matos de
 Brincando nos escombros: infâncias nas áreas livres de Osasco/SP /
Raissa Matos de Araujo. -- Franca, 2023
 77 p.

 Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca
 Orientadora: Maria Cristina Piana

 1. Serviço Social. 2. Infâncias. 3. Território. 4. Política Habitacional.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RAISSA MATOS DE ARAUJO

**BRINCANDO NOS ESCOMBROS: INFÂNCIAS NAS ÁREAS LIVRES DE
OSASCO/SP**

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
MARIA CRISTINA PIANA
Data: 29/02/2024 23:02:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora:

Nome: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Piana
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinador 1:

Nome: Prof.^a Dr.^a Fernanda de Oliveira Sarreta
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Examinador 2:

Nome: Prof.^a Dr.^a Nayara Hakime Dutra
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Franca, 29 de fevereiro de 2024.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso às crianças das áreas livres de Osasco, principalmente às do bairro Rochdale, que em meio aos escombros de suas casas demolidas, me fizeram enxergar outra perspectiva de infância e resiliência.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por não ter desistido da graduação e do Trabalho de Conclusão de Curso, mesmo em meio a tantas dificuldades enfrentadas durante o processo de realização dos mesmos, passando por uma pandemia que foi estimulada por um genocida no comando do país. Agradeço por ter lutado pela minha saúde mental e não ter perecido em meio a tanto sofrimento testemunhado por meios de comunicação e redes sociais.

Agradeço à Nanã, meu orixá-mãe, minha guia, meu centro de espiritualidade, meu centro de força, de perseverança, de sabedoria, de aconchego, de amor. Agradeço por ter tido fé, por ter me agarrado com afinco ao que acredito ser meu propósito em vida. Agradeço a Seu Lodo, entidade que “proseou” comigo e fez parte dessa linda descoberta de minha fé.

Assim, agradeço a uma das minhas melhores amigas, Iamilly Tatiane, que me mostrou um pouco da sua fé e auxiliou na descoberta da minha. Sem ela, provavelmente estaria em um caminho muito mais difícil e sem rumo. Iamilly fez parte de muitos momentos da minha vida, e tê-la também neste processo, trouxe-me um acalento que só ela pode entender.

Agradeço também a outro amigo: Cid Roberto. Este esteve comigo – mesmo que apenas virtualmente –, em todos os momentos difíceis que passei durante esses últimos anos de graduação, em todas as crises, testemunhando a maioria dos prantos e das súplicas que tomavam conta de mim. Ele foi minha base por um bom tempo, um amigo ao qual me inspirei para conseguir sobreviver a tudo isso. Agradeço-o imensamente por nunca ter soltado minha mão, por ter me acudido e por fazer parte da minha vida.

Agradeço à Daniela Dias, minha melhor amiga, meu presente nessa vida, uma das pessoas mais importantes para mim e que mais amo neste mundo. Também esteve comigo em muitas fases e momentos importantes, sempre segurou minha mão e me motivou a ser melhor e continuar lutando pelo que acredito. Obrigada amiga, por tudo (emails: obrigada pelo bebê que está por vir; mal posso esperar para multiplicar esse amor com nosso pedacinho de gente).

Também não posso deixar de citar minha amiga Carolina Mascarenhas. Enfrentamos alguns altos e baixos durante os anos, mas nos mantivemos firmes em nossa amizade. Passamos por inúmeras mudanças e amadurecimentos que possibilitaram o fortalecimento da nossa relação de profundo afeto e carinho. E ela me

deu um dos melhores presentes do mundo: o Vicente (ele é o melhor sobrinho que eu poderia ter).

Jamais poderia deixar de citar minha companheira de morada no 1º ano de faculdade, Letícia Matos - que por acasos ou coincidências da vida, tem o mesmo sobrenome que eu. Ao morar e viver com a Letícia por um bom período, aprendi e amadureci muito; construímos uma relação de amor, de companheirismo, de amizade e cumplicidade. Ela me motivou muito a me dedicar aos estudos e buscar conhecimento. Sou grata pelo nosso encontro e por nos apoiarmos nesse período tão significativo e repleto de mudanças em nossas vidas. Além disso, me apresentou a Daiana Zhao, uma menina-mulher que é um amor de pessoa, que neste último ano de faculdade me ajudou muito, e talvez nem saiba como. Muito obrigada, eu amo vocês!

Finalizando a lista de amigos, mas de forma alguma tornando menos importante, agradeço à minha dupla de sala de aula, minha companheira de graduação, Nathalia Coutinho. Sem você eu não teria conseguido, amiga. Muito obrigada por compartilhar tantos momentos comigo e por ter feito parte desta árdua trajetória. Você é imensamente importante para mim.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes (NECRIA) e ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPA), que me possibilitaram estudar e aprender mais sobre as diferentes infâncias e adolescências que existem no estado de São Paulo e no Brasil. Os dois espaços abriram um leque de possibilidades de estudos, de olhares, de ânsia por saber.

Do mesmo modo, agradeço ao meu campo de estágio, a Secretaria de Habitação de Osasco/SP, onde encontrei profissionais altamente qualificados e inteligentes, com os quais me identifiquei e troquei saberes e experiências, tanto de forma profissional quanto pessoal. Foi um ambiente extremamente rico, que me trouxe conhecimentos e vivências que acredito não poder ter em qualquer outro lugar do mundo. Foi neste espaço, em 2021, em meio à pandemia Covid-19, que surgiu o tema desta pesquisa. Foi ao presenciar na área, o trabalho de assistentes sociais para com as famílias que estavam sendo despejadas e “realocadas”, que surgiu a inquietação de observar crianças em meio aos escombros das obras, dos tratores e das máquinas, enquanto brincavam e assistiamas demolições. Aqui surgiu a vontade de questionar sobre suas vivências, seu crescimento e seu vínculo com o território.

Obtive apoio de todas as assistentes sociais do Departamento de Trabalho Social (DTS) da Secretaria, mas gostaria de citar nomes de algumas excepcionais: Talita Luzia, Mariana da Costa, Tatiane Batista, Marcela Hoenen, Arianne Tavares e Lucas Lopes. Meus agradecimentos especiais a vocês. Além, é claro, da diretora do DTS, Cleusa Aparecida de Jesus, que conduz com excelência o trabalho dos profissionais do departamento.

Ademais, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Dr.^a Maria Cristina Piana, que me abraçou nos estudos da temática no início de 2021 e vem acompanhando essa trajetória desde então, agora em 2023.

Agradeço também à Universidade que me proporcionou muito aprendizado e que foi lar para meu desenvolvimento profissional. Agradeço aos professores que fizeram parte dessa trajetória e que lutam para que a Universidade Pública continue com qualidade e perseverança.

Por fim, agradeço aos meus pais que proporcionaram meus estudos e que sempre acreditaram no meu potencial e na minha trajetória enquanto Assistente Social em formação. Sem eles nada disso seria possível. Obrigada à minha mãe, Elizabete Matos de Lima, que sempre se esforçou muito para me dar o melhor possível, a me dar amor e a me tornar a mulher que sou. Obrigada ao meu pai, Gecilon Beserra de Araujo, que sempre foi meu exemplo nos estudos, meu exemplo de nunca desistir dos meus sonhos e de ir atrás daquilo que acredito. Vocês me trouxeram ao mundo e me proporcionaram muitas coisas extremamente significativas, mas acho que a maior delas foi o apoio que me deram na realização da minha graduação dos sonhos. Eu serei eternamente grata por isso.

Que este seja o encerramento de um ciclo e início de uma vida profissional cheia de desafios e alegrias!

“Menino, mundo, mundo, menino (x7)
Menino, mundo, mundo
Selva de pedra, menino microscópico
O peito gela onde o bem é utópico
É o novo tópico, meu bem
A vida nos trópicos
Não tá fácil pra ninguém
É o mundo nas costas e a dor nas custas
Trilhas opostas, la plata ofusca
Fumaça, buzinas e a busca
Faíscas na fogueira bem de rua, chamusca
Sono tipo slow and blow, onde vou, vou
Leio vou, voo e até esqueço quem sou, sou
Calçada, barracos e o bonde
A voz ecoa a sós, mas ninguém responde
Miséria soa como pilhéria
Pra quem tem a barriga cheia, piada séria
Fadiga pra nós, pra eles férias
Morre a esperança E tudo isso aos olhos de uma criança
Gente, carro, vento, arma, roupa, poste
Aos olhos de uma criança
Quente, barro, tempo, carma, boca, norte
Aos olhos de uma criança
Mente, sarro, alento, calma, moça, sorte
Aos olhos de uma criança
Sente o pigarro, atento, alma, louça, morte
Aos olhos de uma criança
Aos olhos de uma criança
É café, algodão, é terra, vendo o chão é certo
É direção afeta, é solidão, é nada (é nada)
É certo, é coração, é causa, é danação, é sonho, é ilusão
É mão na contramão, é mancada
É jeito, é o caminho, é nós, é eu sozinho
É feito, é desalinho, perfeito carinho, é cilada
É fome, é fé, é "os home", é medo é fúria, é ser da noite é segredo, é choro de boca
calada
Saudades de pá, pai, quanto tempo faz, a esmo
Não é que esse mundo é grande mesmo?
A melodia dela, do coração, tema
Não perdi seu retrato tipo Adoniran em Iracema
São lágrimas no escuro e solidão
Quando o vazio é mais do que devia ser
Lembro da minha mão na sua mão
E o zói enchem de água sem querer aos olhos de uma criança
Gente, carro, vento, arma, roupa, poste
Aos olhos de uma criança
Quente, barro, tempo, carma, boca, norte

*Aos olhos de uma criança
Mente, sarro, alento, calma, moça, sorte
Aos olhos de uma criança
Sente o pigarro, atento, alma, louça, morte
Aos olhos de uma criança
Menino, mundo, mundo, menino (x9) ”*

Leandro Roque De Oliveira, Renam Saman e Emicida (2013)

ARAUJO, Raissa Matos de. Brincando nos Escombros: Infâncias nas áreas livres de Osasco/SP. 2023. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

O estudo apresentado teve por objetivo analisar a existência das diferentes infâncias presentes no contexto social capitalista, com enfoque na perspectiva habitacional do município de Osasco, no estado de São Paulo – considerando classe, raça, território, sociabilidade etc. A análise perpassa pela definição de ambiente construído, noção de território, emblemáticas raciais na construção de centros urbanos no Brasil e como isso se relaciona com as diferentes infâncias presentes nos espaços. A construção do sersocial é moldada também pelo espaço sociocultural ao qual ele está submetido, logo, o território – que é espaço de transformações –, é parte constitutiva da identidade das infâncias. Assim, através da pesquisa bibliográfica, foi possível analisar pesquisas e dados sobre a dissociabilidade, a heterogeneidade e a desigualdade no campo de acesso a direitos de crianças em São Paulo. A metodologia pauta-se no método crítico dialético, sob o qual se busca examinar a totalidade complexa do objeto, como: contexto social, político, cultural e econômico, sem a possibilidade de esgotá-lo, partindo-se dos fatos empíricos, investigando a historicidade e o desenvolvimento interno do objeto (BOURGUIGNON, 2006), e apresentando registros qualitativos e quantitativos para a construção da análise. O Serviço Social se apresenta como importante linha de atuação no campo das Infâncias, portanto, o embasamento teórico e crítico desta área foi necessário para a construção da pesquisa, para compreender a totalidade e especificidades da análise científica. Esta pesquisa foi idealizada a partir de um projeto PIBIC de Iniciação Científica realizado pela mesma autora durante os anos de 2022 e 2023, intitulado “As diferentes infâncias e juventudes no estado de São Paulo”. O interesse para a temática surgiu após ingressar no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA) e no Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes (NECRIA), ambos em 2021 e vinculados a instituição de ensino Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Câmpus de Franca, onde a autora indicada é graduanda de Serviço Social. Contudo, o estudo faz uma reflexão sobre as infâncias constituídas no capitalismo e como os territórios impactam nas vidas infantis, além de incentivar a visão de que estas crianças, são pequenos atores sociais e que tem muito a contribuir com os estudos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Infâncias. Política de Habitação.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the existence of the different childhoods present in the capitalist social context, focusing on the housing perspective in the municipality of Osasco, in the state of São Paulo - considering class, race, territory, sociability, etc. The analysis goes through the definition of the built environment, the notion of territory, racial emblems in the construction of urban centers in Brazil and how this relates to the different childhoods present in these spaces. The construction of the social being is also shaped by the socio-cultural space to which it is subjected, so the territory - which is a space of transformations - is a constitutive part of the identity of childhoods. Thus, through bibliographical research, it was possible to analyze research and data on dissociability, heterogeneity and inequality in the field of access to children's rights in São Paulo. The methodology is based on the critical dialectical method, which seeks to examine the complex totality of the object, such as: social, political, cultural and economic context, without the possibility of exhausting it, starting from empirical facts, investigating the historicity and internal development of the object (BOURGUIGNON, 2006), and presenting qualitative and quantitative records for the construction of the analysis. Social Work is an important line of action in the field of childhood, so the theoretical and critical foundation of this area was necessary for the construction of the research, in order to understand the totality and specificities of the scientific analysis. This research was conceived from a PIBIC Scientific Initiation project carried out by the same author during the years 2022 and 2023, entitled "The different childhoods and youths in the state of São Paulo". Her interest in the subject arose after joining the Study and Research Group on Public Policies for Children and Adolescents (GEPPIA) and the Center for Studies on Children and Adolescents (NECRIA), both in 2021 and linked to the educational institution Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Câmpus de Franca, where the author is a Social Work undergraduate. However, the study reflects on the childhoods constituted in capitalism and how territories impact on children's lives, as well as encouraging the view that these children are small social actors who have much to contribute to social studies.

Keywords: Social Work. Children. Housing Policy.

Translated with DeepL.com (free version)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Auxílio Emergencial

Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRN – *Child Rights Now*

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Lei Federal nº 8.069/1990

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

GEPPIA – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Loas – Lei Orgânica da Assistência Social

NCA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes da PUC-SP

NECRIA – Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes

NOB-Suas – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAC-UAP – Programa de Aceleração do Crescimento Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários

Paif – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Proposta Legislativa de Iniciativa Popular

PlanHAB – Plano Nacional de Habitação

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNH – Política Nacional de Habitação

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RH – Recursos Humanos

Sado – Sociedade Amigos do Distrito de Osasco

SAS – Secretaria de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEHAB – Secretaria de Habitação

Sepurb – Secretaria de Política Urbana

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Suas – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFs – Unidades da Federação

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Unicef – Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
17	
I – CAPITALISMO NO BRASIL E A NOÇÃO DE TERRITÓRIO	
21	
1.1 O ambiente construído e a urbanização brasileira	
21	
1.2 Racismo na construção de centros urbanos em São Paulo	
32	
1.3 Infâncias em situação de pobreza e o direito de ser criança	
38	
II – AS ÁREAS LIVRES DA CIDADE DE OSASCO/SP	
46	
2.1 Osasco, a “Cidade Trabalho”	
46	
2.2 Serviço Social e Políticas Públicas e Sociais para habitação, território e infâncias: era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada. 51	
III – OLHAR AS INFÂNCIAS: PAPEL DO ESTADO, DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE.....	60
3.1 Papel do Serviço Social no estudo das infâncias	
60	
3.2 Reflexões sobre a influência do território na construção do ser social	
66	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
69	
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

A escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso foi embasada no projeto de Iniciação Científica “As diferentes infâncias e juventudes no estado de São Paulo”, feito por mim durante o último ano de graduação do curso de Serviço Social. Com os estudos proporcionados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPPIA) e pelo Núcleo de Estudos sobre Crianças e Adolescentes (NECRIA), dos quais comecei a fazer parte em 2021, surgiram as inquietações para compreender a existência de diferentes infâncias espalhadas pelo país e pelo mundo. E concomitantemente a isto, no mesmo ano, ingressei em um estágio supervisionado na Secretaria de Habitação (SEHAB) de Osasco, minha cidade natal, onde estava enfrentando o período pandêmico e as aulas *online*.

No estágio, tive contato com a área de Habitação, uma área com a qual nunca tinha almejado trabalhar, mas que ao conhecer, se tornou objeto de estudos, questionamentos, inquietações e perspectivas. Ao olhar para a política habitacional, também olhei para o território, para as paisagens de concreto, para a vida que se desenrolava em meio ao trânsito, às construções, aos desabamentos, às áreas de risco, aos deslizamentos, às favelas, às áreas livres. Percebi que meu olhar também se voltava à infância... àquela criança que assistia a demolição das casas pela máquina pública, aquele brinquedo jogado na rua, àquelas crianças que corriam, gritavam e brincavam em meio aos escombros.

Ao perceber meu olhar, questionei a vida das crianças nestas zonas de demolição. A política habitacional geralmente não conversa com as políticas voltadas à infância, porque a maior preocupação é com as estruturas materiais, e no âmbito social, com as famílias que precisam ser realocadas das áreas ocupadas ilegalmente. Porém não há questionamentos quanto ao impacto social e emocional nas infâncias que veem seu território e comunidade sendo destruídos e transformados bruscamente.

Esse desvinculamento é um erro, pois assim como o território tem grande poder de modificação nas diferentes compreensões de infâncias, as infâncias também são grandes agentes de mudança nos territórios.

Então, para construir um diálogo sólido com as políticas públicas e sociais, faz-se necessário o estudo e entendimento do território ao qual estas se propõem, e neste território também existem pequenos seres sociais em construção, que tem muito a contribuir com seus olhares e perspectivas.

Dito isto, categoricamente este trabalho abordará a construção histórica e social do território brasileiro para conseguir abordar os diferentes tipos de vivência que estão inseridos nos espaços. Então, exponho principalmente as diferentes infâncias que ocupam as áreas livres (favelas) da cidade de Osasco, no estado de São Paulo.

Para entendermos a constituição do ser social, é necessário entender primeiro o contexto social em que ele vive e como isso altera sua percepção de vida. O território é base decisiva para a construção do ser, da criança, e do futuro adulto. Nós enquanto sociedade somos dependentes e apegados ao meio em que vivemos e/ou sobrevivemos.

No capitalismo é difícil, no dia a dia, perceber o sistema predatório ao qual estamos submersos e submetidos, mas ao fazer a análise social e olhar atentamente ao que está em volta, conseguimos perceber micro (ou macro) violências cotidianas as quais estamos sujeitas de forma estrutural, e que passamos a enxergar como algo habitual, “normal”, alheio.

Para que a atual conjuntura capitalista sobreviva e se estabeleça, é necessário que haja um contingente populacional com maior concentração de riquezas e um com menos (ou nada). Ela se consolida exatamente pela exploração e por todos os problemas da “questão social”. A “questão social” segundo Iamamoto:

É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 77).

Assim, a luta quanto a jornada de trabalho e as manifestações das classes sociais e do Estado são as primeiras expressões contundentes da “questão social”; foi uma disputa multissecular entre trabalhador e capitalista. A legislação fabril pode ser compreendida como precursora do papel que caberá ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX.

Isso ocorre porque o estado social capitalista do século XX apresentará maior “preocupação” com a “questão social” por conta dos movimentos sociais que ocorreram durante o processo de fixação do capitalismo, que conquistaram direitos políticos e sociais. O surgimento das políticas sociais foi paulatino e particular em cada região/país, dependendo de como eram os movimentos de arranjo e atuação da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das conexões, realizações e composições de força no âmbito estatal.

Portanto, levando em conta os desdobramentos das expressões da “questão social”, novas dinâmicas sociais são instituídas e com isso, novos desdobramentos. Por isso surgem novas configurações de trabalho, de acumulação, de sociedade, de estruturas políticas e assim por diante.

Nos contextos urbanos atuais, “distinguimos escalas de sobrevivência dos diversos sujeitos em seu ‘habitar a cidade sem ter direito à cidade’, e a infância pobre faz parte desse grupo invisibilizado (...)” (AZEVEDO, 2020, Introdução), que é afetado pela realidade de ausências e precariedades.

Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não têm habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Em resumo, habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade (Boaventura Santos, 2020, p. 18).

Diante dessas reflexões, afirmo que as infâncias e as juventudes periféricas e pobres, essencialmente, sofreram ao longo dos anos, todas as formas de atrocidades do sistema vigente, com políticas neoliberais de exclusão, resultando no difícil acesso às políticas sociais básicas visando o seu pleno desenvolvimento: saúde, educação, habitação e assistência social.

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência das diferentes infâncias presentes no contexto social capitalista, com enfoque na perspectiva habitacional do município de Osasco, no estado de São Paulo - considerando classe, raça, território, sociabilidade etc.

Desta forma, aqui estudarei a particularidade das infâncias do estado de São Paulo, e discutirei a importância da não generalização das infâncias. Considerarei também os sentimentos, aprendizados e perspectivas de futuro dessas pessoas - identificando-as como agentes e pensadores sociais.

Assim, ter uma percepção sobre como se deu e se dá a construção histórica do território, é importante para entender como a modificação deste, interfere diretamente nas vidas que ali o ocupam. E mais que isto, destacar as crianças destes espaços enquanto sujeitos, também é mostrar-lhes uma nova dimensão sobre sua perspectiva de vida e a de suas famílias.

Este Trabalho de Conclusão de Curso possui três seções de escrita, a primeira “Capitalismo no Brasil e a noção de território” aborda a historicidade do sistema capitalista e as definições de “ambiente construído” e de território; construindo uma relação entre capitalismo, territorialidade, população, questão racial e as diferentes infâncias que ocupam os diferentes espaços.

A segunda seção “As áreas livres da cidade de Osasco/SP” trata da história da cidade de Osasco, município de São Paulo: como seu território foi constituído e como é visto socialmente e economicamente. Também apresenta informações sobre a relação do Serviço Social com as políticas públicas e sociais de habitação, território e de proteção à infância.

Por fim, a terceira seção “Olhar as infâncias: papel do Estado, da família e da comunidade”, reflete sobre o papel do Serviço Social quanto às infâncias, e sobre a influência do território na construção identitária e comunitária do ser social.

O trabalho faz referência ao olhar do Serviço Social enquanto profissão, área de conhecimento e percursor de políticas públicas, quanto às diferentes infâncias existentes nos diferentes territórios, evidenciando a cidade de Osasco.

I - CAPITALISMO NO BRASIL E A NOÇÃO DE TERRITÓRIO

1.1 O ambiente construído e a urbanização brasileira

Primeiramente, é preciso pensar nas definições de território e de ambiente construído, e entender que o capitalismo apesar de seguir “regras” globais, se dinamiza na prática de formas diferentes a depender das condições históricas, ambientais, estruturais, sociais e políticas de cada país.

David Harvey traz importantes reflexões sobre como o capitalismo está engendrado em cada aspecto do nosso meio social, e destaca aspectos e lugares cotidianos como objeto de estudo. O autor define o conceito de “ambiente construído” e provoca questionamentos importantes em sua análise.

Segundo Harvey (1982), “ambiente construído” é um termo para a “totalidade das estruturas físicas”, tais como casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais etc.

No texto intitulado “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”, Harvey alega que a sociedade capitalista carece de criar uma paisagem física apropriada às finalidades da produção e do consumo. Todavia, o processo de criação desse espaço é rodeado de contradições, e as relações de classes no sistema capitalista geram impreterivelmente fortes conflitos.

Assim, o escritor reconhece e reforça a distinção entre:

- 1) uma facção do capital que procura a apropriação da renda (...); 2) uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no meio construído (...); 3) o capital “em geral” que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente (...); 4) a força de trabalho que se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como um meio de sua própria reprodução. (HARVEY, 1982, p. 7).

Desta forma, o autor ao explicitar a diferenciação entre os conceitos abordados, acentua suas ferramentas de análise para conceituar o ambiente construído e avalia as diferentes estratégias e dinâmicas inseridas na sociedade capitalista.

Também afirma que, conceitualmente, o ambiente construído pode ser fragmentado em elementos de *capital fixo* (fábricas, rodovias, ferrovias etc.) que serão operados para a produção e em elementos de um *fundo de consumo* (casas, ruas, parques

etc.) que serão utilizados para consumo. O autor foca seu estudo na estrutura do conflito e em como ele surge de acordo com a utilização do *fundo de consumo* pelo trabalhador.

Além disso, considera que o capitalismo industrial, ao instaurar a reorganização do processo de trabalho e a implantação do sistema fabril, acaba forçando a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo.

Assim, a classe trabalhadora que antes da Revolução Industrial trabalhava, plantava e morava no mesmo local, enquanto população camponesa e artesã, precisa aprender a diferenciar locais e condutas, e seguir a determinação da nova ordem de produção. O local onde você produz não é o mesmo onde você consome; e *o que* você produz não é o mesmo que você consome - seu ser e seu trabalho se tornam fragmentos de um sistema.

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. É este segundo tipo de luta que focalizamos aqui, reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o *viver* e o *trabalhar* é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista. (HARVEY, 1982, p. 8)

Conforme a citação acima, reitera-se que a luta no local de viver também é moldada pelo capitalismo. Seus entraves forçam os trabalhadores a viverem cercados de contradições, transformam a terra em moeda de troca e se apropriam de cada aspecto socialmente construído.

Consonante a isso, pode-se afirmar que a força de trabalho precisa de um espaço para viver, estar e permanecer. Logo, a terra é uma condição de vida para a força de trabalho, do mesmo modo que é uma condição de vida para o capital.

Nas palavras de Marx, “... o poder monstruoso dirigido pela propriedade fundiária, quando unido de mãos dadas ao capital industrial, capacita-a para ser usada contra trabalhadores engajados em sua luta salarial, como um mecanismo de praticamente expulsá-los da terra como um local de moradia”. (MARX, 1867 *apud* HARVEY, 1982, p. 9)

Desta forma, explicita-se a relação *capital x trabalho x moradia*, e destacam-se ainda as problemáticas advindas do ambiente construído: “conquistar” habitação,

transporte, lazer, equipamentos e conjuntos de recursos que formam a totalidade do ambiente de vida da classe trabalhadora.

Ainda de acordo com o autor, “Os conflitos que se concentram sobre o ambiente construído exibem certas características peculiares porque o poder monopolístico (...) confere aos proprietários o controle de um ‘monopólio natural’ no espaço.” (HARVEY, 1982, p. 9). Assim, por exemplo, ao examinarmos o valor de uma residência, nota-se que o preço é estabelecido com base não só no seu valor material, mas também de acordo com externalidades, estas sinalizadas como bairro, vizinhança, violência, preço e aparência de outras casas, conservação do ambiente etc.

A especulação, os “preços-sinais”, sofrem distorções por conta das “externalidades” e geram lucros de monopólio, inclusive dentro das classes (entre si). A lógica burguesa é engendrada em cada particularidade de transação comercial, tornando comuns os conflitos dentro de classes ou facções – estas últimas representadas por construtores.

(...) os proprietários imobiliários lançam mão de todo poder a seu alcance para extraírem o máximo de renda do estoque de habitações que possuem; nesse sentido eles ajustarão suas estratégias às condições em vigor, de tal maneira que eles maximizam a taxa de retorno sobre seus capitais. Se essa taxa de retorno for muito alta, então é provável que novos fluxos de capital se dirijam para a propriedade da terra; e se a taxa de retorno for muito baixa, provavelmente ocorrerá abandono e desinvestimento. O trabalho procurará, por inúmeras estratégias – por exemplo, mudando-se para locais onde a habitação seja mais barata ou estabelecendo controles sobre a renda e códigos de habitação – limitar a apropriação e garantir um mínimo de qualidade para seu abrigo. Até que ponto a disputa é resolvida, depende muito do poder relativo, tanto econômico como político, dos dois grupos, das circunstâncias da oferta e da procura num determinado local e época, e das alternativas que cada grupo dispõe. (HARVEY, 1982, p. 10)

Aqui podemos perceber como não há neutralidade nem mesmo na escolha do local do habitar. O lugar onde a classe trabalhadora vai se estabelecer dependerá não só da vontade de estar ali, mas também da possibilidade. Dependerá se os valores distribuídos naquele ambiente construído condizem com a realidade da taxa salário a qual está submetida, com o poder de compra e com a classe social. O mercado, os construtores e o capital moldam os ambientes de acordo com o que é mais rentável ao sistema, e assim se cria e amplifica a lógica burguesa e capitalista, que se arquiteta em todos os aspectos da vida cotidiana.

Além disso, soma-se a esta luta tridimensional (*trabalho x apropriadores de renda x construtores*), o “monopólio natural” inerente ao espaço. O poder

monopolístico do proprietário de terra pode ser desvalorizado à medida que o trabalhador consegue esgueirar-se da dinamicidade também embutida na proximidade entre seu local de moradia e seu local de trabalho.

A apropriação a partir da habitação é muito sensível às mudanças dos transportes. A capacidade de fazer um deslocamento mais longo até o local de trabalho depende em parte da taxa de salário (que permite ao trabalhador pagar pela viagem); depende em parte da extensão do dia de trabalho (que dá ao trabalhador tempo para viajar) e em parte depende do custo e disponibilidade de transporte. (HARVEY, 1982, p. 11).

Assim, a construção de subúrbios (e favelas, aqui no Brasil) pode ser relacionada ao alto custo de viver em centros comerciais, urbanos e de empregos. Ou seja, o transporte, além de dar movimento à cidade, também é capaz de desenhar novas estratégias de desvencilhamento do monopólio de construção de alguns lugares. Permite ao trabalhador, a fuga do “aprisionamento geográfico” e consequentemente diminui a “obrigatoriedade” (por assim dizer) de fixação deste em determinado local.

Contudo, por se tratar de uma discussão cheia de contradições, juntamente com a construção das favelas, também são criados outros tipos de violência, tais como a “marginalização” (postos à margem) das pessoas que ocupam esses lugares – no Brasil, em sua maioria, pessoas pretas. Logo, ao mesmo tempo que nos desvencilhamos de um tipo de aprisionamento, cria-se uma armadilha territorial e intrinsecamente racial.

Há uma diferenciação colossal na construção do território brasileiro que precisa ser considerada: o racismo estrutural. Com a colonização imperialista do país, temos uma história marcada pela violência territorial, social e econômica, e que molda até os dias atuais as configurações de vida no país.

Deve-se lembrar que “o capitalismo só pôde ser efetivado porque se utilizou da exploração do trabalho escravizado e o tráfico de africanos.” (GÓES, 2022). E enquanto o movimento do capitalismo industrial crescia e se expandia, no Brasil ainda enfrentávamos o regime escravista, que só foi abolido em 1888, após muita resistência e luta popular, e pela pressão externa do novo sistema (fomos o último país do mundo a abolir a escravidão!).

Mesmo sendo uma impossibilidade objetiva, a racialização imprimiu suas marcas na longa história da luta de classes que atravessa o processo de autoconstrução do ser social. A racialização serviu, e serve, para a construção de estereótipos e estigmas que legitimam processos de desumanização, entre eles, a escravização do homem pelo homem. (BRITES e BARROCO, 2022, p. 161)

No Brasil (e no mundo), o regime escravocrata racial serviu para a consolidação do sistema capitalista, pois esse processo foi fundamental para a acumulação primitiva.

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades monopólia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. (MARX, 1996, p.372-373 apud BRITES e BARROCO, 2022, p. 163)

Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, não foram criados mecanismos para que a população preta conseguisse se vincular à sociedade. Os empregos na indústria não eram destinados a ex-escravos, justamente pelo racismo instituído e materializado no país e sociedade. Tanto que foram criados incentivos públicos para a imigração de pessoas de nacionalidade europeia para o embranquecimento da população. Essa é uma diferenciação essencial da constituição do território brasileiro para com os demais territórios de outros países do mundo.

Porém, quando nos debruçamos sobre o que ocorreu nos dias posteriores ao congaçamento de 13 de maio de 1888, percebemos que as correntes formais deixaram de existir, mas o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo. O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente libertos(as) e aptos(as) a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Florestan Fernandes (2008), como escória da escória do operariado em formação. (GONÇALVES, 2018, Introdução)

Contudo, prossigo com as considerações de David Harvey. O autor explica: “Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida.” (p. 11). Com poucas escolhas e recursos, o trabalhador é obrigado a se virar com o que tem. É desta forma que o capital procura definir a qualidade de vida para o trabalhador.

Assim, ao instituir valores a determinadas coisas, em determinados lugares, acabam criando uma repartição entre produção para o lucro e produção para o uso. Ademais, para que o capitalismo sobreviva, o trabalho tem que ser objeto de dominação e a produção, como explica Marx, não só produz o consumo, mas também o modo de consumo.

Quando este interfere na dinâmica das lutas que ele mesmo causa, procura interferir através do poder do Estado a partir de tais categorias:

(...) propriedade privada e casa própria para a classe trabalhadora, o custo de vida e o valor da força de trabalho, a administração do consumo coletivo dos trabalhadores no interesse de uma firme acumulação do capital, e finalmente um item muito complexo e muito importante referente às relações com a natureza, a imposição de uma disciplina de trabalho e outros semelhantes. (HARVEY, 1982, p. 12)

A luta do trabalho contra a apropriação de renda, é uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada. E esta luta não pode ser resumida ao âmbito de habitação *versus* renda, pois é inerente às relações entre capital e trabalho.

Assim, o estímulo ao princípio da propriedade privada é um importante método de dominação, pois os trabalhadores passam a ter uma visão individualizada quanto ao que adquirem com seu salário advindo de um trabalho explorado, e então cria-se uma lógica possessiva em torno dos bens de consumo. Isso é visto essencialmente na idealização da casa própria.

Entretanto, grande parte dos moradores de casa própria não são inteiramente proprietários destas, já que a maioria acaba contratando empréstimos e caindo nas garras do capital financeiro. Desta forma, o trabalhador é controlado também através de dívidas desenfreadas criadas por juros e outras determinações do capital financeiro.

Ademais, gera-se um efeito de repetição incorporado em menor escala:

Os trabalhadores colocam suas economias sob a forma física de uma propriedade. Obviamente eles procurarão preservar o valor dessas economias e se possível aumentá-lo. A casa própria pode também conduzir a formas menores de propriedade da terra, a qual tem sido meio tradicional e muito importante de os trabalhadores, individualmente, se envolverem na apropriação de valores, às custas de outros trabalhadores. Porém, mais importante ainda é que todo proprietário de habitação, quer goste ou não, é aprisionado numa luta pela apropriação de valores por causa dos flutuantes padrões de custos e benefícios externos produzidos no ambiente construído. (HARVEY, 1982, p. 14)

Deste modo, ao entender que o mercado habitacional, quanto ao ambiente construído, é o mercado mais importante e lucrativo, deve-se entender também que ele incorpora grande parte dos conflitos presentes no meio social. A fragmentação da classe trabalhadora é uma consequência disso, pois a partir do ingresso desta, à lógica de propriedade privada e casa própria, se torna preocupada com a preservação e possível vantajosa elevação do seu justo valor. Então é como se:

o capital (...) tendo confiado na propriedade fundiária (...), preservasse intacto o princípio da propriedade privada face à luta de classes, permitindo que o trabalho retorne ao mundo como um proprietário parcial de terras e de propriedades”. (HARVEY, 1982, p. 14).

Assim, causando uma falsa sensação de autonomia financeira e de detenção de propriedade, o trabalhador é condicionado a agir em prol do sistema capitalista, pois se sente parte do sistema e não se reconhece enquanto explorado.

Num ciclo inteligente os capitalistas podem, segundo Harvey, oferecer habitações baratas e “acessíveis” ou até mesmo apoiar reivindicações dos trabalhadores pelas mesmas, subsidiadas ou de propriedade pública, desde que isso possibilite o pagamento de salários mais baixos (HARVEY, 1982). Porque caso excedam o custo da apropriação de terras ou bens, isto acarreta num aumento de custo de vida da população. Ou seja, quanto maior o custo de vida, maior a necessidade de um aumento salarial - o que, o capital, evita ao máximo.

Pela mesma razão, a classe capitalista pode procurar promover, através do Estado, a industrialização da construção civil e a racionalização da produção do ambiente construído através de políticas globais de planejamento do uso do solo, programas de cidades novas e outras medidas do gênero. Entretanto, os capitalistas tenderão a se interessar por essas coisas somente enquanto os trabalhadores estiverem numa posição que lhes permita, através de seu poder de organização coletiva, ligar os salários ao custo de vida. (HARVEY, 1982, p.15)

Dessarte, este movimento executado pelo capitalista não é, de forma alguma, generoso e altruísta, é uma aliança forjada e manipulada que busca um benefício próprio.

Outrossim, trabalhadores mediam (compram) mercadorias capitalistas com os salários recebidos, e essa é a premissa para que o capitalismo tenha cada vez mais lucro. Logo, nesta perspectiva, a maioria das unidades habitacionais são construídas através do sistema de mercado - os bens de consumo duráveis e itens do fundo de consumo tornam-se muito importantes para a economia (HARVEY, 1982).

O ambiente construído exige controle e administração coletivos; portanto, é quase certo que ele se torne um campo importante na disputa entre o capital e o trabalho, em torno do que é bom para a acumulação e do que é bom para as pessoas. (HARVEY, 1982, p. 19)

O ambiente construído é usado pelo sistema capitalista como instrumento de dominação da vida cotidiana e auxiliador na produção da acumulação. Assim, pode ser feita uma relação entre a proporção de salário e condição de consumo, e a localização

do lugar de viver. “Considera-se inicialmente uma situação na qual cada trabalhador, independentemente, procura controlar, para seu próprio uso particular, o melhor conjunto de recursos na melhor localização.” (HARVEY, 1982, p. 31).

Surge uma guerra de todos contra todos, e os indivíduos utilizam de seu poder de mercado para disputar recursos escassos em localizações vantajosas. A sobrevivência no sistema depende do acesso a determinados recursos, e esse acesso é destinado a poucos: aos que conseguem adquirir o valor determinado.

Se for admitido que os “bens” mais disputados são localizações com custos agregados de transporte mais baixos e espaço para a habitação, então é possível mostrar com relativa facilidade que as pessoas se distribuirão pelo espaço de acordo com: 1) a distribuição das oportunidades de emprego, que em geral se admite estarem agrupadas em uma localização central e 2) as propensões marginais relativas para consumir serviços de transportes e espaço para se viver, dentro de uma limitação orçamentária global. (HARVEY, 1982, p. 31)

Consequentemente, os indivíduos serão distribuídos no espaço de acordo com suas rendas, e aqueles que forem proprietários de uma residência, serão os primeiros a defenderem sua comunidade e propriedade privada de qualquer comportamento que fuja à conduta social-capitalista, inclusive a presença de instalações “prejudiciais” - tais como barracos e construções paupérrimas. Dito isto, abre-se margem para a discussão do racismo e expulsão de pessoas pretas para as periferias da cidade, que está vinculada com o processo de abolição da escravidão, a falta de amparo estatal para com estas pessoas e assim, uma verdadeira bola de neve da “questão racial” no Brasil.

Adicionalmente incorporo uma parte das ideias de Milton Santos sobre o território brasileiro. Seus estudos abarcam o ambiente construído ao redor do território usado e fazem menção às mudanças na biosfera decorrentes do trabalho humano.

O Brasil, por possuir uma grande extensão territorial, não pode ser analisado de forma hegemônica, pois seu processo de povoamento e de urbanização é diverso e cada espaço possui suas complexidades. Desta forma, ao falar de política, economia, emblemas sociais e afins, é preciso levar em conta o contexto histórico e social de cada região ou estado do país.

Segundo Milton:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de

reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS, 2001, p. 27)

Assim, a discussão sobre território se torna mais complexa do que apenas referir-se a um pedaço de terra. É uma conversa também sobre ideias, fazeres, sociabilidade, confrontos etc. Para o autor o que interessa discutir é o *território usado*, como sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 2001).

Visto como espaço de diversidade, o território é parte indispensável da construção histórica da humanidade e da construção de cada país e sociedade; constitui pano de fundo do estudo das etapas vivenciadas pelos povos e também do momento atual. O território é uma constante relação entre o espaço geográfico e as relações sociais.

Do mesmo modo, a divisão territorial do trabalho é heterogênea em cada país e se difere a partir das necessidades regionais: envolve a repartição do trabalho vivo nos lugares e uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. E estes últimos, têm um papel essencial na repartição do trabalho vivo.

Portanto, “a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial.” (SANTOS, 2001, p. 29). A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e altera constantemente a capacidade de agir das pessoas, das formas e das instituições. “O uso do território pode ser definido não só pela implantação de infraestruturas (...), mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade.” (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997; apud SANTOS, 2001, p. 29).

A maior divisão do trabalho e a inflamação da fluidez do território, é resultante de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares - todo este conjunto sendo decorrente da urbanização do território.

Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da respectiva população - dos núcleos com mais de 20 mil habitantes, e em seguida uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (estas em torno do meio milhão de habitantes). (SANTOS, 1994, apud SANTOS, 2001, p. 30).

Assim, as Regiões Metropolitanas, onde estão concentradas as formas de divisão do trabalho, passam por uma aceleração e aprofundamento de processos econômicos e sociais. Quanto maiores as cidades e mais populosas, maior o número de atividades econômicas e profissões.

Por outro prisma, as classes médias e uma produção material, industrial e agrícola mais intelectualizada, ocupam as cidades de porte médio. Por isso, segundo Milton, assistimos no Brasil “um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização”, marcado pelo crescimento simultâneo de grandes cidades e médias cidades, com importante acréscimo demográfico - que também é beneficiado tanto pela criação de riquezas quanto de pobreza no mesmo território.

As cidades entre 20 mil e 500 mil habitantes veem sua população total passar de cerca de 7 milhões em 1950 para perto de 38 milhões em 1980, e para 60.054.404 em 1996, enquanto as cidades com mais de 1 milhão de habitantes passam de 6,5 milhões em 1950 para 29 milhões de residentes em 1980 e 46.718.598 em 1996. (SANTOS, 2001, p. 214)

Dito isto, podemos observar com mais atenção o processo de concentração da urbanização no estado de São Paulo, onde foi nitidamente manifestado:

Era apenas um município com mais de 500 mil urbanos em 1940, 1950, 1960 e 1970 (município da capital), eles já são três em 1980 e seis desde 1991. Entre 100 mil e 500 mil habitantes era apenas um em 1940, são três em 1950, seis em 1960, 17 em 1970, 29 em 1980, 36 em 1991 e 44 em 1996. (NETO, 1998, apud SANTOS, 2001, p. 216)

Consonante a isso, o fenômeno de macrourbanização e metropolização ganhou relevância no cenário de meados do início do século XXI. Foi marcado pela concentração da população e da pobreza, pelo decrescimento rural e pela dispersão territorial das classes médias; também pela localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional do trabalho e suas consequências; a “involução metropolitana”, com vários níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho; maior difusão ideológica; e construção de uma materialidade para realização de objetivos econômicos e socioculturais (SANTOS, 2001).

Segundo Milton Santos, no Brasil, as primeiras aldeias já nascem urbanas, a partir da colonização portuguesa. A urbanização é crescente no país, e isso se dá também, a partir do aumento da quantidade de agricultores que residem na cidade. Em uma associação parecida com as ideias de David Harvey, citado no início desta seção, observa-se uma “dissociação entre ‘lugares’ de vida e de trabalho, pois amplia-se a

população voltada para atividades rurais residente em áreas urbanas” (LIMONAD apud SANTOS, 2001, p. 219) assim como o contrário.

A cidade se torna local de regulação do campo, e o campo por sua vez, se diferencia cada vez mais. Com o conteúdo informacional, ampliam-se a divisão social do trabalho e a divisão territorial, amplificando também as diferenciações regionais do trabalho. Sendo assim:

(...) quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. (SANTOS, 2001, p. 257).

Historicamente, pode-se admitir três grandes períodos importantes para a formulação territorial brasileira: o primeiro, até a Segunda Guerra Mundial, que é anterior à unificação do território e do mercado; o segundo, com o Brasil já unificado e mirando a industrialização, objetivando a construção nacional; e o terceiro, indicado pelo processo de globalização, vigente até os dias atuais (SANTOS, 2001).

A mecanização do espaço cria o novo técnico ao lado do novo econômico e se torna outro acelerador da divisão do trabalho. No estado de São Paulo isso pode ser observado nitidamente, onde durante o século XX, as novas modernizações encontraram espaço abrangente para suas instalações.

Essa permanente renovação técnica serve como base material para uma permanente renovação da economia e do contexto social, ensejando uma divisão do trabalho cada vez mais ampliada e a aceleração correlata do processo de urbanização (...) (SANTOS, 2001, p. 286)

Portanto, conclui-se que o ambiente construído é parte do sistema vigente, pois é alterado conforme a *lógica capitalista* e para melhor controle da classe trabalhadora por parte da *lógica capitalista*. E o território, lugar de constante mudança urbana, habitacional, social e política faz parte da construção do cenário onde se desenrola a “questão social”.

A partir das considerações abordadas neste capítulo, partimos para a compreensão de um espaço territorial, cultural, social e político que se difere também por cor: o território negro.

1.2 Racismo na construção de centros urbanos em São Paulo

*“Fiquei sem o terreiro da Escola
Já não posso mais sambar
Sambista sem o Largo da Banana
A Barra Funda vai parar
Surgiu um viaduto, é progresso
Eu não posso protestar
Adeus, berço do samba
Eu vou-me embora
Vou sambar noutro lugar”
Geraldo Filme*

Ao discutir o ambiente construído e a urbanização brasileira, é necessário falar sobre racismo e o impacto que a escravização de pessoas pretas durante mais de 300 anos no país teve na construção dos centros urbanos. Aqui abordo em particular a construção histórica dos centros urbanos no estado de São Paulo, local onde está situada a cidade de Osasco, que também é objeto de estudo desta pesquisa.

Segundo Barroco (2022):

A racialização do ser humano, que está na base do racismo e da escravização dos povos originários das Américas, Caribe e África, é um fenômeno típico da modernidade burguesa, que encontra suas bases históricas e materiais no momento originário da ordem do capital, ou seja, no contexto da acumulação primitiva. (BRITES e BARROCO, 2022, p. 159)

No Brasil, ao contrário dos lugares que serviram como berço do capitalismo, não existiu para os trabalhadores negros a etapa em que se tornariam classes laboriosas para então, por conta da indiferença do capital em satisfazer às reivindicações e precisões elaboradas por sua própria dinâmica exploratória e destrutiva (falta de moradia, saneamento básico, melhores salários etc.), se tornarem as classes perigosas (CHEVALIER, 2002 *apud* GONÇALVES, 2018, Introdução). Logo foram tratados como perigosos e um risco à ordem social burguesa.

De acordo com Renata Gonçalves (2018), no Brasil, incorporamos à história o que a autora aborda ser “território dos escravos”. Somos convidados a refletir que no passado (e ainda hoje), a territorialidade também era subdividida por cor e por estigmas sociais.

A rua era também território dos escravos. A contiguidade dos sobrados nas zonas centrais da cidade contribuía para que fosse intensa a circulação de escravos domésticos: buscando água nos chafarizes, indo ou voltando com a roupa ou os dejetos para jogar nos rios, carregando cestas perto dos mercados, transportando objetos de um ponto a outro da cidade. Em 1854, a população de São Paulo, em torno de 30 mil habitantes, era composta por oito mil escravos, quase $\frac{1}{3}$ de sua população livre. (SOUZA e SILVA, 1870 apud ROLNIK, 2007, p. 77)

Nas ruas do Centro, muitos escravos domésticos se misturavam aos escravos de ganho – estes, eram alugados por hora ou dia para fazer trabalhos determinados pelos senhores, e esta era uma forma para a conquista da compra da alforria, já que ganhavam o próprio dinheiro. Acrescentam-se a estes os libertos, que aumentavam a partir das brechas na legislação regularizadora da escravidão, que caminhava para o fim com a ação abolicionista.

O contingente de libertos nas cidades chegou a proporções surpreendentes nesse período. Em São Paulo, em 1872, dos 12 mil negros da cidade – ainda $\frac{1}{3}$ da população –, apenas 3.800 eram escravos. No Rio de Janeiro, dos 125 mil pretos e pardos da cidade, quase a metade da população total, eram 47 mil os escravos. (ROLNIK, 2007, p. 77)

Os homens e mulheres libertos exerciam diversos ofícios, como sapateiros, barbeiros, cirurgiões, lavadeiras e, as mais comuns, quitanda e cangalha. A cidade era um facilitador à liberdade e fornecia maior anonimato para aqueles escravos que haviam fugido das fazendas. “Por isso mesmo, nessas cidades negras foi se tecendo uma rede de socialização e sobrevivência negra paralela à escravidão que cada vez mais representava uma alternativa concreta à senzala.” (ROLNIK, 1989, p. 3)

A senzala demarcava a autonomia do território negro sob a escravidão, pois os corpos pretos eram tratados como propriedade dos senhores de engenho. A liberdade só era conquistada a partir da fuga: escapar dos limites das terras desses proprietários era uma ambição de vida. Assim nascem os quilombos, lugares libertos da escravidão, e que eram marcados por serem mais do que um refúgio, eram lares, comunidades.

Embora grande parte da história refira-se aos quilombos em zonas rurais, existiam também os quilombos urbanos, e cresciam ainda mais com a aproximação do

fim do período escravocrata. Esses lugares eram casas ou cômodos coletivos ou núcleos semirrurais: as periferias urbanas eram bastante parecidas ao que são chamadas as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades.

Assim nasceram muitos núcleos negros importantes, como, por exemplo, obairro do Bexiga, em São Paulo, originário do quilombo do Saracura. Muitos mercados e espaços das irmandades religiosas de matriz africana eram considerados espaços e territórios negros.

De acordo com Rolnik (2007), as irmandades eram como ponto de encontro, comunidades onde em seus terreiros, nas festas religiosas, os negros dançavam o batuque, com a música criada pela própria população. Um exemplo foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, que chegaram a abrigar libertos e, como a Confraria dos Remédios, envolveram-se diretamente na luta abolicionista, articulando quilombos rurais às redes de apoio urbanas.

Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de *apartheid* velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular. (ROLNIK, 1989, p. 16)

A partir das considerações até aqui mencionadas, podemos concluir que o território é campo de vivência, de trocas sociais, culturais e políticas. É no território que construímos lares e senso de comunidade, de fortalecimento e pertencimento. Ademais, de acordo com Milton Santos:

O território é revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população. Analisamos esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, da motorização etc. O consumo educacional e dos recursos de saúde também são examinados, juntamente com a frequência em viagens, turismo e lazer. (SANTOS, 2001, p. 236)

Assim, podemos seguir com alguns apontamentos sobre a atual construção e identidade dos locais urbanos.

De acordo com a 5ª Conferência Nacional das Cidades (2013), as cidades são fruto do progresso urbano e do modo de industrialização e são muito mais acometidas pelas necessidades do desenvolvimento capitalista desigual e combinado do que pelas necessidades sociais, e isto impacta diretamente os segmentos de trabalhadores, porque

na prática, o que experienciamos é o ajuste da cidade ao processo de mercantilização, consolidando a lógica da cidade-empresa.

No Brasil, a articulação entre questão agrária, migrações e as “sub-condições” de vida nos espaços urbanos estão intrinsecamente ligadas e apontam para a urgência da reforma agrária, que ultrapassa os interesses das populações que vivem no campo.

Nesse sentido, as precárias condições de vida no campo e a concentração fundiária, expressa no latifúndio, base de sustentação do agronegócio, contribuem para o crescimento desorganizado e para a favelização dos centros urbanos, além da elevação dos preços dos alimentos, encarecendo ainda mais o custo de vida nas cidades - transporte, moradia, alimentação - cuja renda, da maior parte da população, já é compreendida em razão dos baixos salários, desemprego e pela informalidade persistente do mercado de trabalho. (CFESS Manifesta, 5ª Conferência Nacional das Cidades, 2013).

Observando a constante reação em cadeia do capitalismo, onde uma coisa leva a outra, e os dinamismos sociais se tornam parte da vivência social, afirmo que a cidade é formada por um conjunto de estratégias (além dos elementos de ambiente construído) que estabelecem as estruturas socioespaciais.

Como explicitado por Maricato (1988), a moradia é um bem especial e precisa ser tratada de forma específica no âmbito da regulação urbana e das políticas públicas e fundiárias. Primeiramente, porque se constitui como o item mais caro do custo de vida familiar. Além disso, a moradia está ligada à terra e, portanto, sujeita às condicionantes da localização, aos investimentos públicos e privados realizados no entorno. Pelo seu elevado custo, a moradia exige financiamento público, e o seu relativamente longo processo de produção imobiliza o capital durante a sua construção. Trata-se de um item passível de incorporação de intensa valorização, mesmo nos casos em que o proprietário não realiza nenhum trabalho, investimento ou melhoria. Ou seja, o título de propriedade garantido, ao proprietário, a obtenção de renda fundiária. Dois imóveis idênticos em localizações diferentes podem ter seus preços de mercado completamente diferentes em função da localização e dos investimentos públicos realizados na cidade. (COMARÚ, GONSALES e FERRARA, 2019, Introdução)

Contudo, incorporado ao cenário mercantil que estamos vivendo e a acentuação das expressões da “questão social”, vivemos uma pandemia que não pôde ser prevista e que abalou o mundo todo com um vírus com alto poder infeccioso e que causou milhares de mortes por todos os cantos do planeta. Um vírus que destacou as falhas do sistema capitalista e que mostrou que a vida das pessoas, dependendo do lugar e da classe social, é menos importante do que o dinheiro.

(...) ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Na segunda pesquisa, o Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi

de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. (INSTITUTO PÓLIS, 2021)

Em tempos de crise humanitária como esses que vivemos durante a pandemia do COVID-19, as fragilidades e precariedades são escancaradas, afinal, o vírus só realçou aquilo que há muito tempo conhecemos: a desigualdade social. Os diversos contextos existentes e a precarização das condições de vida vêm demarcando as condições de vivência desse isolamento.

No país e no mundo, os mais atingidos e desamparados certamente são as famílias em situação de risco e vulnerabilidade, que vivem em lugares em que não há saneamento básico e convivem em seu cotidiano com o lixo, a falta de infraestrutura urbana, onde a água – condição essencial de salubridade neste momento –, não chega todos os dias nem mesmo para as pessoas lavarem as mãos.

Os déficits sofridos pelos setores públicos em termos de capacidade para discutir e propor, de maneira participativa e inclusiva, questões relacionadas ao controle do uso e ocupação do solo urbano, assim como à oferta equitativa de serviços públicos e infraestrutura urbana de qualidade, prejudicam o espaço público, a paisagem urbana, a cidade e seus habitantes. Especialmente em áreas e bairros periféricos em termos de localização, gestão e investimento, as comunidades nas cidades brasileiras vivenciam condições habitacionais e de vida que refletem características de fragilidade ambiental e de vulnerabilidade social.

O Brasil é um país com muita desigualdade estrutural e social, o que afeta sobremaneira as crianças e adolescentes pobres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, “os rendimentos mensais médios do 1% mais rico representam 36,3 vezes mais que aqueles dos 50% mais pobres”, no Brasil (2018, p. 18). O mesmo relatório revela que a desigualdade de rendimentos aumentado entre grupos raciais, assim como entre homens e mulheres. Afirmando a existência de um retrocesso de 17 anos (aos níveis de 2001) na “priorização de investimentos sociais contra as desigualdades” (p. 45), aponta a seguida redução dos gastos sociais nos últimos anos (especialmente em previdência, assistência social, saúde e educação). (IBGE, 2018)

Além disso, de acordo com o Relatório 3 do Índice de Vulnerabilidade da Juventude à Violência (2017) elaborado pela Secretaria Nacional da Juventude, as taxas de mortalidade demonstram que os jovens negros se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, bem como entre as maiores vítimas de homicídio. (NOVA, 2021). As mortes têm um endereço certo, já que são jovens, em sua maior parte, das periferias que estão expostos ao Estado.

Inegável é o destaque de que o Estado brasileiro tem se constituído, cada vez mais, em um Estado Penal/Policial e que, em meio à constante destruição das políticas sociais características de um Estado de bem-estar social, em vez de dar atenção a esse público com a elaboração de políticas públicas, têm ofertado como resposta a adoção de práticas repressivas promovidas pela polícia e a criação de instrumentos legais para discriminar e criminalizar a população pobre e preta dessas periferias, causando ainda mais violência, tensão e instabilidade social. (NOVA, 2021, p.124)

Não há oportunidade para todos se um adolescente negro tem quatro vezes mais chances de ser assassinado do que um adolescente branco, e se um adolescente indígena tem três vezes mais chances de ser analfabeto... A realidade brasileira de desigualdade não permite que nós enquanto sociedade, pensemos em apenas um tipo de infância e um tipo de adolescência; precisamos de políticas públicas universais que conversem com a complexidade de cada estado do Brasil, pensadas para as diferentes fases da vida e condições específicas dos sujeitos.

Logo, observa-se que a construção do território está intrinsecamente ligada às condições naturais e sociais; à renda da população ali residente; ao interesse político-social que ali se estabelece; aos vínculos culturais; ao senso de pertencimento e comunidade; e às constantes transformações do ambiente construído e do território enquanto objeto de estudo científico-social.

1.3 Infâncias em situação de pobreza e o direito de ser criança

Sabemos que com a desigualdade social gerada pela questão social, muitas pessoas são deixadas à mercê da ótica neoliberal burguesa a qual estamos submetidos no capitalismo, o que significa, que o sistema gera o pauperismo e precisa de pessoas em situação de pobreza para que suas engrenagens funcionem.

Nesse meio encontramos crianças e jovens pertencentes a classe trabalhadora que estão sujeitos a aprender a viver num sistema que consome sonhos, expectativas e vontades em nome da acumulação de riquezas de um percentual mínimo da população mundial. Desde pequenos somos moldados e constituídos para servir ao capitalismo.

De acordo com Schonkoff e Richmond (2009), os primeiros anos de vida são importantes porque é nesse período, da primeira infância, que nosso cérebro está se desenvolvendo de forma incessante, e que capta os estímulos aos quais somos submetidos no ambiente. A ciência afirma que devemos oferecer às crianças proteção para garantir a promoção de seu desenvolvimento saudável. Isso engloba a oferta de relacionamentos benéficos, estáveis, estimulantes e enriquecedores em termos de experiências de aprendizagem. Essa abordagem traz benefícios duradouros para o aprendizado, o comportamento e para a saúde física e mental.

Por outro lado, pesquisas sobre a biologia do estresse na primeira infância mostram como o estresse crônico causado por adversidades significativas, como pobreza extrema, abuso ou negligência, podem debilitar o desenvolvimento da arquitetura cerebral e colocar o sistema corporal de resposta ao estresse em permanente estado de alerta, aumentando os riscos de diversas doenças crônicas. Os conceitos básicos que se seguem, estabelecidos por décadas de pesquisas em neurociência e comportamento, ajudam a ilustrar por que motivo o desenvolvimento saudável da criança, do nascimento até os 5 anos de idade, cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável. (SCHONKOFF e RICHMOND, 2009, p. 50)

De acordo com o relatório intitulado “Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023”, lançado pela Fundação Abrinq, o Brasil dispõe de uma população de 10,6 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 0 e 14 anos que se encontram em extrema pobreza, com rendimento domiciliar mensal de até um quarto de salário-

mínimo. O número corresponde a 24,1% das pessoas nesta faixa etária e sofreu um aumento de 38% em relação ao levantamento realizado em 2020. (Fundação Abrinq, 2023).

A pobreza, desde que começou a ser estudada, está associada à capacidade das pessoas suprirem ou não as suas necessidades essenciais de sobrevivência. É bastante antiga a vinculação da capacidade de sobrevivência com a quantidade de dinheiro que os indivíduos e suas famílias precisam para satisfazer tais necessidades. A relação direta da pobreza com a quantidade mínima de dinheiro passou a ser conhecida como linha de pobreza absoluta e é, também, chamada de abordagem unidimensional ou monetária. É importante destacar que essa não é a única forma de conceituar, medir ou estudar a pobreza. A pobreza possui também uma perspectiva relativa e, além disso, já é consenso entre os estudiosos do assunto que este é um fenômeno multidimensional, complexo e diverso. (SALATA et al, 2021, Apresentação).

Entre 2020 e 2021, o número de crianças e adolescentes com menos que o necessário para uma renda familiar adequada para uma boa alimentação passou de 9,8 milhões para 13,7 milhões: um aumento de 3,9 milhões. Quanto à educação, a pesquisa mostra que em 2019 mais de 4 milhões de crianças e adolescentes mostravam encarar algum desafio quanto à educação de qualidade como direito básico: tinham algum atraso escolar, ou não estavam alfabetizados, ou ainda, estavam fora da escola. E com a pandemia Covid-19, o cenário retrocedeu ainda mais.

No Brasil, as informações que temos sobre áreas de risco, são de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e diz que há 8,3 milhões de pessoas vivendo em áreas de risco no país, entre eles, 17,8% são crianças com menos de cinco anos e idosos com mais de 60 anos. Na cidade de São Paulo, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), são 1,2 milhão de famílias vivendo em situação de precariedade, o que, seguramente, espelha-se nas vidas das crianças (IBGE, 2018).

Atualmente, a projeção de dados feita pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, estima que cerca de 9,5 milhões de brasileiros moram em áreas de risco sujeitas a deslizamentos de terra, enchentes e outros possíveis desastres (Cemaden, 2022). Esse levantamento foi feito com base no censo populacional feito em 2010 pelo IBGE, onde mais de 8,2 milhões de pessoas viviam nesses locais.

A questão fundamental é que a retirada das pessoas de terrenos ocupados implica condições específicas às suas vidas: são colocadas fora do caminho, levadas a desaparecer, ao esquecimento e a fazer da rua, ora o local de

passagem para outro onde fixar morada, ora o próprio local de moradia desafiando a dicotomia casa e rua, público e privado. (GOBBI, 2021, p. 469)

Indubitavelmente, é importante também, observarmos a desigualdade social e o racismo estrutural existentes no Brasil e entendermos quem são as pessoas que vivem e morrem nesses lugares. Os moradores e moradoras de terrenos ocupados e em situação de rua tem como maioria a população negra.

Diante do preocupante processo de banalização das vidas, é alarmante observar que, entre as crianças, algumas são consideradas mais valiosas do que outras. Elas não conseguem escapar desse ciclo que envolve vida e morte, intolerância e negligência, sendo categorizadas como sujeitas a serem removidas. Em situações de desocupação de terrenos e edifícios, são forçadas a romper qualquer vínculo existente com outras pessoas ou lugares, contribuindo para a naturalização da inexistência de direitos. Esses dados conduzem à conclusão de que o direito à moradia, assegurado na Constituição Brasileira de 1988 e na Emenda Constitucional 26/00, em seu 6º *Caput*, está longe de ser efetivamente cumprido. É imperativo destacar que, se esse direito se encontra suspenso, as crianças também são privadas de seus direitos fundamentais.

Ademais, devemos ter consciência do projeto necropolítico e aporofóbico que o sistema capitalista e neoliberal impõe. E o projeto não exclui as crianças da violência, pelo contrário, torna-as alvos fáceis do Estado, perante a política racista na qual estamos inseridos de maneira estrutural. Distintos tratamentos são dispensados a crianças diversas, principalmente àqueles provenientes de contextos de vulnerabilidade socioeconômica, áreas periféricas e com identidades raciais negras.

Configura-se um sofrimento silencioso durante uma batalha entre destroços, resultado dos impactos impostos pela dualidade entre vida e morte. Manifestam-se modalidades de espoliação urbana (KOWARICK, 1979) e expulsões que se assemelham a estratégias fundamentadas em um sinistro projeto necropolítico (MBEMBE, 2011). Em outras palavras, grupos são escolhidos por outros para serem exterminados, e as crianças, desde os primeiros anos de vida, não conseguem escapar desse processo cruel, inerentemente vinculado ao exercício da soberania que se materializa no controle de determinados grupos. Mesmo de maneira indireta, as crianças estão inseridas, ligadas às mãos dos adultos, compartilhando das dificuldades diárias como acompanhantes dessa dura realidade.

O conceito de espoliação urbana (Kowarick, 1979) explicitou a dimensão a que chegava à exploração do cidadão e do trabalhador industrial que, para

viver com baixo ou nenhum salário, precisava autoconstruir sua casa (e seu bairro) nos finais de semana e de seguir um cotidiano de deslocamentos desgastantes, de dificuldade de acesso aos serviços públicos e de longas jornadas de trabalho. O rebaixamento dos salários, que não garantia a reprodução da família, permitia maiores lucros do setor industrial (Maricato, 1982) e gerava a precariedade urbana na metrópole considerada "locomotiva do Brasil", no período do chamado "milagre econômico". A industrialização ocorreu sobre uma estruturação fundiária concentrada, com raízes no século XIX, na qual a mercantilização da terra, no campo e na cidade, produziu desigualdades socioespaciais que se reproduzem e se atualizam, em diferentes contextos econômicos. (COMARÚ, GONSALES e FERRARA, 2019, Introdução)

Além disso, podemos falar sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no estado paulista. No contexto das expressões da questão social que levam à destituição do poder familiar, e que serviram como base para aprofundar a fundamentação do "estudo social em Serviço Social" e seus registros, houve um aumento na participação de assistentes sociais do Judiciário de São Paulo em grupos de pesquisa sobre esse tema. Reunindo um grupo de 10 assistentes sociais que trabalhavam nesse campo sócio-ocupacional, realizou-se um estágio de pesquisa em colaboração com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes (NCA) da PUC- SP. Investigou-se a medida legal de destituição do poder familiar em mais de 200 processos judiciais, com o foco na hipótese de que a pobreza frequentemente se apresentava como o motivo principal desse rompimento de laços familiares, mesmo que às vezes fosse disfarçada por outros motivos aparentes.

As pesquisas, iniciadas com os autos processuais e buscando diálogo com o exercício profissional, elucidaram o desvelamento da desproteção social como marca da judicialização e evidenciaram que a maioria das situações atendidas nas Varas da Infância e Juventude revelavam "demandas fora de lugar", como diz Matias (2002). Ou seja, tudo o que não era atendido no âmbito das políticas de proteção, era judicializado.

Atualmente, a Constituição Federal traduz o conceito de criança de forma cronológica, que são "todas as pessoas com idade até 12 anos incompletos e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos de idade" (ECA, 1990). Porém, boa parte da população do Brasil preterida da aquisição de bens materiais e simbólicos vive uma infância e adolescência de curta duração, pois logo ingressam no mercado de trabalho ou possuem desde cedo responsabilidades dentro da família. (MOREIRA, 2004, *apud* CASTRO, 2005).

Ainda segundo Moreira: "um sujeito de direitos só o é na medida em que sua ação é *a priori* considerada válida, e, manifestação singular do seu ser, em que pesem as

diferenças entre os diversos agentes” (2004 apud CASTRO, 2005, p. 29). Assim, nos relatos de crianças e adolescentes pobres, podemos perceber que a entrada no mundo adulto não é marcada apenas pela idade, mas por experiências de vida como o surgimento da maternidade ou paternidade, a entrada no mercado de trabalho e até mesmo o início do uso de drogas e ingresso no tráfico e/ou atividades ilegais.

Os estudos atuais nos ensinam que a infância (e a adolescência) como espaço social que define o modo de ser menino, menina ou adolescente, varia de acordo com o local onde se passa e em que época histórica ocorre. A experiência de ser criança na verdade varia de acordo com as condições determinantes daquela época e lugar, e as percepções dos adultos sobre a infância variam de acordo com fatores culturais, sistemas de crenças e formas dominantes de pensar. A infância não é mais o que era, há diversas mudanças na vida social, nas relações comerciais, nos sistemas sociais políticos, na economia e/ou nas comunicações (GAITÁN, 2010).

Dito isto, afirmo que as mais de 53 milhões (UNICEF, 2018) de crianças e adolescentes brasileiros representam para o país um quadro ímpar de energias, perspectivas e possibilidades. Mas para realizá-las deve-se conhecer e reconhecer que um conjunto de debilidades, existentes na sociedade, impactam de forma mais grave este nicho da população.

Além disso, o relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira de 2011, feito pela UNICEF, aponta as desigualdades que fazem com que, entre os adolescentes, existam os que sofrem as maiores violações aos seus direitos. Nascer branco, negro ou indígena, viver em região semiárida, na Amazônia ou em comunidade popular de grande centro urbano, ser menino ou menina, conviver com alguma deficiência, ainda determina brutalmente as possibilidades que os adolescentes têm de exercer seu direito à saúde, à educação, a garantir plenamente o esporte, o lazer, a vida familiar e comunitária. Tais suscetibilidades e desigualdades necessitam ser enfrentadas e solucionadas (POIRIER, 2011).

Nesse sentido, destacamos o Relatório de Direitos da Criança no Brasil (*Child Rights Now* – CRN – Enfoque Social: 2019), que mostra que o país é lesado pela retrocedência dos direitos em geral e especialmente dos direitos sociais das crianças e adolescente desde 2015 – especificamente os relacionados à educação, à saúde e à convivência familiar.

Assim, observa-se que, com o aumento da desigualdade social, que no Brasil é estrutural, o número de crianças e adolescentes sobrevivendo no pauperismo, tolerando

abusos e violências diversas – de gênero e intrafamiliar principalmente –, e o aniquilamento de crianças, adolescentes e jovens pretos e pardos, também cresceu exponencialmente.

A Síntese de Indicadores Sociais produzida pelo IBGE (2019), cuja fonte de informação principal foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, no período de 2012 a 2018, aponta que no Brasil 63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos até 14 anos estão abaixo da linha da pobreza. (IBGE, 2019 apud EURICO, 2022)

De acordo com Freitas e Prado (2018), investigar as crianças e os estudos relacionados a elas implica assegurar análises das condições específicas que moldam a construção da infância em contextos sociais diversos. No contexto das remoções, as crianças estão frequentemente envolvidas em disputas relacionadas à habitação, muitas vezes junto com seus familiares, exigindo abordagens particulares na pesquisa e atuação profissional.

Atualmente a remoção de famílias inteiras de seus locais de moradia, bem como a ausência de projetos de moradias sociais, constitui um dos elementos reveladores de programas de gestão pública de caráter fortemente excludente. Tal forma de tratamento força moradores a tornarem-se involuntariamente errantes cidadãos à procura de lugares onde morar e tecer a vida reconstruindo-a forçosamente num eterno recomeçar. (GOBBI, 2020, p. 474)

Embora os dados e a temática relacionados a crianças e urbanidade possam parecer evidentes, há uma escassez de pesquisas que conectem esses elementos à luta por moradia e à integração às políticas educacionais, considerando os desdobramentos nas práticas infantis. Desde os primeiros anos de vida, as crianças são impactadas por constantes deslocamentos, transformadas em pequenas errantes nesse processo. Essa condição é resultante das reintegrações de posse e remoções de favelas, que desqualificam e negligenciam aqueles envolvidos em suas batalhas diárias pela garantia do direito à moradia e, por extensão, o direito ao bem-viver e à cidade (LEFEBVRE, 2010 apud GOBBI, 2020).

A etapa inicial na avaliação da pobreza, conforme Sen (1976), é a identificação daqueles que se encontram em situação de pobreza, um passo crucial para compreender as suas causas e propor soluções. Considerando que as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza não têm recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas, torna-se mais evidente o impacto negativo dessa condição na vida de qualquer indivíduo.

É importante ressaltar, no entanto, que o mínimo necessário para a sobrevivência está muito aquém de uma condição adequada, ideal ou digna. Mesmo aqueles que estão ligeiramente acima da linha da pobreza podem enfrentar diversas privações e dificuldades para atender a todas as necessidades impostas pelo padrão de vida da sociedade.

Se a condição de pobreza já é prejudicial, humilhante e incapacitante para uma pessoa adulta e saudável, ela se torna ainda mais grave para as crianças na primeira infância (de zero até seis anos de idade). Este é um período crucial para o desenvolvimento de suas capacidades físicas, psicológicas e intelectuais. Muitas das privações enfrentadas nessa fase podem acarretar consequências irreversíveis que perduram ao longo de toda a vida.

A crise provocada pela pandemia da Covid-19, que no Brasil se fez sentir a partir do segundo trimestre de 2020, aprofundou os déficits provenientes do pauperismo, pois afetou bruscamente os rendimentos provenientes do trabalho (IBGE, 2021). Como resposta, entre outras medidas, houve significativos acréscimos nas políticas de transferência de renda. Nesse âmbito, uma ação relevante foi a implementação do Auxílio Emergencial (AE).

A taxa de pobreza infantil, que era de 41,5% em 2019, caiu para 36,1% em 2020, e voltou a subir para 44,7% em 2021. Com efeito, mesmo em meio à crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, em 2020 houve forte redução (de 5,4 pontos percentuais) da taxa de pobreza infantil. E, no sentido oposto, em 2021 a incidência da pobreza sobe bruscamente para um patamar ainda mais elevado (3,2 pontos percentuais acima) do que aquele de 2019. (SALATA; MATTOS; e BAGOLIN, 2022, p. 22)

Por esse motivo, os impactos da pobreza nas crianças que a vivenciam, assim como na sociedade como um todo, têm sido objeto de intensa investigação por pesquisadores de diversas disciplinas. Como exemplo, uma pesquisa recente evidenciou que deficiências nutricionais, mesmo que temporárias, podem resultar em danos permanentes ao cérebro de crianças e adolescentes, prejudicando de forma irreversível a saúde física e mental.

No livro "Dando às Crianças uma Oportunidade Justa" (Heckman, 2013), são apresentadas evidências de diversos estudos que investigaram os impactos das privações enfrentadas na infância em várias dimensões da vida das pessoas. A partir dessas constatações, o autor sustenta que o "acaso" do nascimento desempenha um papel determinante. De acordo com Heckman, crianças nascidas em ambientes desfavorecidos

enfrentam um risco significativamente maior de apresentarem baixa qualificação ao longo da vida e, por conseguinte, de terem rendimentos mais baixos (GOBBI, 2020). Além disso, as pessoas submetidas a privações na infância são mais expostas aos diferentes tipos de violência: social, sexual, econômica e física.

Representando cerca de um terço da população global, crianças e adolescentes compõem cerca de metade do grupo de pessoas em situação de extrema pobreza no mundo, assim investigado a partir dos critérios utilizados pelo Banco Mundial. Pode-se afirmar, desse modo, que em termos etários as crianças e adolescentes são a parcela da população mais vulnerável à (extrema) pobreza (UNICEF, 2022).

Considerando a seriedade das adversidades que a pobreza infantil pode provocar no futuro das crianças e, conseqüentemente, no potencial de desenvolvimento do país, é importante a conscientização da população quanto à proteção das infâncias, e que o Serviço Social, com embasamento teórico e crítico lute pela promoção da equidade social e dos direitos das populações vulneráveis.

II - AS ÁREAS LIVRES DA CIDADE DE OSASCO/SP

“As cidades, entre outras coisas, são ao mesmo tempo um lugar habitado por uma aglomeração de gente pobre e, na maioria dos casos, a sede do poder político que afeta suas vidas”. - Eric Hobsbawm (1968)

2.1 Osasco, a “Cidade Trabalho”

Osasco, um dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, é a 6ª cidade mais populosa do estado, e o 19º Produto Interno Bruto (PIB) entre os 645 municípios paulistas. Com uma população estimada, em 2022, de 728.615 pessoas, em uma área total de 64,95 quilômetros quadrados - sendo, 60,62 quilômetros quadrados de área urbanizada -, e com cerca de 11.217,40 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Para acessar a cidade, há três rodovias principais: Anhanguera, Castelo Branco e Raposo Tavares. Estas, juntamente com o rio Tietê e a ferrovia, cortam o município transversalmente, de leste a oeste, dividindo-o em parte norte e parte sul. Osasco está totalmente inserida na bacia hidrográfica do Alto Tietê, sub-bacia Pinheiros-Pirapora; e mantém fronteiras com as cidades de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Santana de Parnaíba, São Paulo e Taboão da Serra.

Assim como boa parte das cidades brasileiras, Osasco teve sua expansão urbana de forma desigual e excludente, caracterizada pela forma informal e precária a qual foi instituída. Até 1962, o município era considerado um distrito do estado de São Paulo. Porém, no decorrer dos anos atraiu uma população numerosa, ocasionando em um rápido processo de ocupação do solo - advindo do movimento migratório que ocorria no país e do progresso econômico da Região Metropolitana paulista.

Por conta disso, a partir da década de 1960, a população começou a ocupar lotes irregularmente implantados e áreas públicas, dando origem às favelas, que foram denominadas pela prefeitura de “áreas livres”. Assim, por conta da alta densidade populacional, a super ocupação de lotes e a concentração de mais de uma família no mesmo local, tornaram-se comuns nos bairros periféricos.

Segundo Carvalho (2009), a configuração de Osasco segue o modelo de expansão periférica da cidade de São Paulo, em que a alternativa habitacional para importantes parcelas da população se deu via aquisição de terrenos em loteamentos populares, quase sempre à margem do mercado formal, reforçando, assim, a precariedade e informalidade do acesso à cidade e à moradia. Para Bonduki (1998), o acesso à habitação de interesse social no Brasil esteve historicamente caracterizado pelo trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução. (PAZ et al., 2015, p.257)

A localização da cidade é estratégica para instalação de indústrias, serviços e comércios de grande porte e para a realização facilitada de percursos como Osasco – São Paulo, Osasco – Porto de Santos, e Osasco – interior paulista.

No século XIX, um imigrante italiano chamado Antônio Agú comprou uma chácara e criou a primeira indústria da então Vila Osasco. A Companhia Cerâmica Industrial resultou da ampliação de uma pequena olaria erguida por Agú nos primeiros anos de sua chegada, em 1890 (CARPANELLI, 2015).

Os negócios foram indo muito bem e, logo Agú fundou a primeira fábrica de papelão da América do Sul e, em seguida, uma fábrica de tecidos. Em 1895, com o aumento tanto da população quanto da produção, Agú quis que sua produção fosse comercializada em outras regiões e construiu uma estação ferroviária em suas terras e a doou à Sorocabana. Seu único pedido foi oficializá-la como "Estação Osasco", uma homenagem a sua cidade natal, na Itália. (VIEL, 2022.)

As ruas e quadras da cidade tinham formatos irregulares porque o que hoje chamamos de centro de Osasco, era uma região alagada. Com o aumento da industrialização, novos bairros foram surgindo e ganhando prestígio econômico.

Em 1918, um acontecimento significativo marcou a história de Osasco: a vila foi promovida à categoria de distrito da cidade de São Paulo, em decorrência do crescimento da região.

Todas as propriedades da Ferrovia Sorocabana eram sítios, sendo que o primeiro a dar origem à formação urbana foi o de Agú, chamado Sítio Ilha de São João. Os demais proprietários acompanharam Antônio Agú, ou seja, investiram em estabelecimentos comerciais residenciais, além de pequenas fábricas, como os irmãos Gianetti & Cia (fábrica de massas) e o banqueiro Giovanni Brícola, que se tornou, em 1900, representante do Banco Nápoles e

formou uma respeitável fortuna. Dentre seus bens, destaca-se o casarão que abriga o Museu Municipal de Osasco. (VIEL, 2022.)

Durante os anos, novas empresas chegaram no território, como por exemplo a Sturlini & Matarazzo, primeira fábrica de papelão da América Latina, que era conhecida como “Cartieira”.

Por volta de 1940, “o desenvolvimento industrial da região ganha impulso com a instalação de indústrias de bens de produção, tornando cada vez mais sólida a sua posição de importante núcleo urbano industrial.” (CARPANELLI, 2015, p. 63). Isso atraiu mão de obra migrante e imigrante que passou a se instalar na região; e a metalúrgica pesada também passou a ocupar o local, e com o crescimento da Cobrasma e da Brown Boveri, a cidade de Osasco ganhou fama de ser um núcleo operário quando superou os 40 mil habitantes. Por isso, anos mais tarde, passou a ser conhecida como “Cidade Trabalho”.

Por causa do crescimento, em 1944, a cidade passou a ser considerada subdistrito da cidade de São Paulo. Porém, por conta do alto crescimento econômico e populacional, os serviços básicos de transporte, hospitais e escolas, eram precários e escassos.

Deste modo, a demanda por melhores condições de infraestrutura torna-se cada vez maior, e a organização nos bairros foi essencial e com relação direta com as greves metalúrgicas que aconteciam na década de 1960.

Foi então que surgiu a Sado (Sociedade Amigos do Distrito de Osasco), formada por moradores insatisfeitos com o papel de coadjuvante que o então distrito tinha junto à Capital e que, em 29 de julho, elegeu sua primeira diretoria, tendo à frente o dentista Reynaldo de Oliveira. (VIEL, 2022.)

A partir da luta de moradores organizados, teve início o movimento emancipacionista. Contudo, somente a partir de 1952 se tornou mais atuante e somente em 1962, conseguiram marcar uma disputa eleitoral, feita pelo Tribunal Regional Eleitoral. As disputas políticas foram marcadas por muitas desavenças e um dia antes da eleição, o prefeito da capital paulista conseguiu um mandado no Supremo Tribunal Federal de segurança, contra as eleições municipais.

Mas, um dia antes, o prefeito da Capital conseguiu um mandado no Supremo Tribunal Federal. Os osasquenses fizeram então uma marcha até São Paulo para reivindicar o direito de votar. *Uma bandeira negra também foi hasteada no Largo da Estação de Osasco e, nos dias seguintes, o movimento chegou a parar o Vale do Anhangabaú.* Os manifestantes foram ainda à Assembleia

Legislativa e decidiram seguir até o Palácio do Governo, mas foram barrados pelo Pelotão de Choque. Apenas dois representantes foram recebidos pelo governador, virando notícia no jornal Times, de Londres. Outra forma de protesto dos Autonomistas foi colocar urnas espalhadas pelo centro para que os eleitores devolvessem os seus títulos ao Tribunal Eleitoral. (VIEL, 2022. Grifos nossos).

Aqui é possível refletir sobre a participação social do movimento negro. A identidade da cidade pode ser confundida com a de apenas imigrantes italianos que vieram ao Brasil por conta de um projeto social de embranquecimento, mas o povoamento do território é negro. Quem ocupa os lugares, as favelas, os bairros de Osasco, são majoritariamente pessoas pretas, e é importante que o movimento se reconheça como atuante desde muito cedo.

Por conquista popular, as eleições enfim aconteceram e Hirant Sanazar foi eleito o primeiro prefeito de Osasco, em 4 de fevereiro de 1962, e em 19 de fevereiro do mesmo ano, o governo de São Paulo publicou um decreto oficializando a emancipação do município.

Adiante, no fim da década de 1970, a cidade atraiu a população expulsa dos centros urbanos de São Paulo, o que impulsionou o desenvolvimento de assentamentos precários no município. “Grande parte dessa população chega à cidade em busca de trabalho, porém, sem moradia para se fixar. Quando não se alojava na casa de algum familiar, buscava as favelas e os cortiços da cidade como única alternativa.” (CARPANELLI, 2015, p. 64).

Segundo Spinazzola (2008), um dos motivos do processo de ocupação das terras de uso comum no município ocorreu por meio de loteamentos de “assentamentossociais” promovidos pelo próprio poder público. E a década de 1980 foi determinante para a questão urbana e habitacional da cidade.

Em 1970, Osasco tinha duas favelas e 378 moradores. Em 1980 existiam 40 favelas no município, que abrigavam 3.936 habitações e 19.397 moradores. Em 1985 o número de moradores de favelas já tinha crescido 80% em relação aos números de 1980, somando 94 assentamentos com 6.554 casas e 35.000 habitantes. Em 2005, esses números subiram para 158 assentamentos, 16.479 casas e 88.000 habitantes, o que representa um crescimento da população favelada de 250% em 20 anos, e 450% em 25 anos. (SPINAZZOLA, 2008, apud CARPANELLI, 2015, p. 65)

No estado de São Paulo e, consequentemente, no município de Osasco, os loteamentos populares carentes de infraestrutura, integrantes da expansão periférica metropolitana, juntaram-se aos cortiços e às ocupações em favelas. A construção

doméstica de moradias, conhecida como autoconstrução, predominou como uma forma pela qual a população trabalhadora buscou individualmente uma solução alternativa de abrigo em áreas periféricas e interstícios da metrópole, resultando na formação de territórios populares.

Contudo, a sobrevivência na cidade demandou à organização social requerer melhorias urbanas nos loteamentos, e batalhar por saneamento nas favelas e estruturar outras formas de mobilização diante do poder público. Parte dos novos assentamentos populares emergiu a partir da mobilização coletiva organizada pela população sem-teto, ocupando tanto áreas desocupadas na periferia quanto espaços similares (COMARÚ, GONSALES e FERRARA, 2019).

Ademais, de acordo com um levantamento realizado para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), em 2014, identificou-se:

210 assentamentos precários, totalizando 45.001 domicílios instalados. Destes 166 são favelas, sendo 86 localizados em áreas na zona norte e 80 na zona sul, onde estão instalados 33.703 domicílios. Este relatório aponta que 67 áreas estão consolidadas, sendo 29 favelas. Já das 177 consideradas passíveis de consolidação, 113 são favelas. Das 26, onde não será possível a consolidação, 24 são favelas. (CARPANELLI, 2015, p. 65)

O substancial crescimento das metrópoles e suas repercussões na segregação social e política têm conduzido ao surgimento de registros e formas coletivas de organização em busca da conquista de moradias e outros recursos. Isso configura uma cartografia política da cidade que evidencia campos de conflito entre os diversos agentes, sejam eles moradores ou não, e outros interessados nas áreas ocupadas, especialmente destacando as tensões entre o poder público e os interesses imobiliários (TELLES; CABANES, 2006 apud PATERNIANI, 2016).

Osasco enquanto “Cidade Trabalho” é um espaço de grande movimentação urbana e social, de transformações e mudanças. Muitas pessoas que trabalham em Osasco, moram em outras cidades da região metropolitana de São Paulo, muitas vezes pela demanda de emprego na cidade e valorização enquanto centro urbano.

Além disso, a cidade de Osasco é destino de muitas pessoas, justamente pela oferta de empregos e proximidade com a cidade de São Paulo, capital do estado. É interessante pensar em como se dá a construção do município e em como ele se estrutura até hoje. Se antes era um polo industrial e chamariz de pessoas buscando melhores condições de trabalho, hoje, de certa perspectiva, ainda estabelece o mesmo tipo de relação.

Também é uma cidade com grande concentração de desigualdades sociais, pois apesar de ser um importante polo econômico, também é uma cidade marcada por bairros em situação de pobreza, por favelas, áreas livres com ocupações irregulares e barracos. A moradia na cidade de Osasco é um tema complexo e cheio de contradições.

Deste modo, a presença de políticas públicas e sociais no município se torna substancial. A demanda por condições econômicas, sociais e físicas da classe trabalhadora é importante espaço de construção de políticas e de enfrentamento das desigualdades e violências sociais. Por isso, abordaremos no próximo capítulo algumas políticas e sua importância para a população da cidade.

2.2 Serviço Social e Políticas Públicas e Sociais para habitação, território e infâncias: era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada.

“Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais.” -

Carolina Maria de Jesus

No processo de mercantilização da cidade e também da vida, a questão urbana vem sendo tratada de forma fragmentada, sem a devida articulação entre as políticas públicas. Por vezes, a questão urbana é reduzida à questão habitacional, secundarizando ou desconsiderando os demais aspectos que impactam na vida da população, como saúde, educação, saneamento, trabalho, cultura, meio ambiente, assistência social e transporte. Ratificam-se os distintos territórios da cidade, segregados a partir das classes sociais, intensificando as desigualdades. (CFESS Manifesta, 2013)

De acordo com Milton Santos, a presença de pessoas pobres e o declínio do mercado de trabalho e dos salários projetam-se no empobrecimento das cidades. Problema que é agravado pelo crescente desmantelamento do estado de bem-estar e suas políticas públicas e sociais (SANTOS, 2001).

O panorama atual das condições habitacionais no Brasil continua a ser um desafio não resolvido, representando um problema significativo tanto do ponto de vista social quanto econômico. Esse desafio tem impactos substanciais na configuração urbana, seja devido à crescente demanda por infraestrutura urbana resultante das novas oportunidades habitacionais promovidas pelo setor público e privado, seja devido às pressões relacionadas à terra e ao meio ambiente. Estas últimas derivam das abordagens alternativas adotadas pela população de baixa renda para a produção de moradia.

A história da política habitacional brasileira é caracterizada por décadas de acumulação de um déficit na provisão de moradia para a população de baixa renda. Esse quadro pode ser dividido em períodos, chegando até meados da década de 1960. Apesar de terem inicialmente como objetivo atender às necessidades das classes mais baixas, as soluções habitacionais ao longo do tempo sofreram mudanças que desviaram o foco para as classes de renda média. Um exemplo é a política implementada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, destinado prioritariamente a famílias com renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos. Entretanto, fatores externos à política social do banco levaram à reformulação da política habitacional, resultando em uma redução substancial dos investimentos destinados a essas famílias (AZEVEDO, 1988).

A estrutura criada no período foi responsável pela construção de cerca de 4 milhões de moradias por meio da utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Observou-se que, com o tempo, a atuação do BNH limitou-se às tarefas normativas e de supervisão, cada vez mais tomadas por modos de ação empresariais em conflito com os objetivos sociais iniciais na provisão de moradia e saneamento (AZEVEDO, 1988, apud MARGUTI, 2016, p. 2).

Além disso, a construção de habitações promovida pelo BNH, era geralmente implementada nas periferias das metrópoles, distantes da infraestrutura urbana implantada, acentuando a desigualdade social através da exclusão territorial e da restrição ao direito à cidade.

Após a extinção do BNH, os desafios intensificaram-se. Nesse mesmo período, ocorreu o maior crescimento das grandes cidades brasileiras fora dos limites estabelecidos pela legislação urbana (MARICATO, 2009). A falta uma oferta substancial de moradia subsidiada levou os trabalhadores urbanos a adquirirem ou ocupar terrenos de forma irregular, muitas vezes em áreas periféricas distantes, sujeitas a riscos ou destinadas à proteção ambiental, o que resultou em diversas situações de irregularidade fundiária.

No período de redemocratização do país, diversos movimentos sociais, englobando setores como moradia, universidades, sindicatos e entidades profissionais, reestruturaram-se e voltaram sua atenção para a questão da reforma urbana. Esse engajamento culminou na elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana, a qual foi apresentada e aceita durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instituída em 1986. O resultado desse processo foi a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Esses artigos tratam da política urbana e

estabelecem "um princípio fundamental para a equidade urbana e a distribuição justa dos ônus e benefícios do processo de urbanização: o princípio da função social da cidade e da propriedade". (SANTOS JUNIOR e MONTANDON, 2011, p. 13).

Embora alguns programas tenham sido implementados, a primeira metade da década de 1990 ficou caracterizada pela ausência de uma estratégia nacional para abordar a questão habitacional. Essa lacuna foi preenchida de maneira descentralizada e fragmentada por estados e municípios, que buscaram atenuar a significativa dívida social e urbana. Nesse período, uma variedade de experiências alternativas foi posta em prática, incluindo iniciativas de gestões municipais, como a urbanização de assentamentos precários e a construção de moradias por meio de mutirões e autogestão. Contudo, essas ações eram pouco articuladas entre si devido à ausência de uma política habitacional abrangente em âmbito nacional.

A partir de 1995, a interferência do Estado na política habitacional estabelece novos objetivos e estratégias notoriamente delimitados, com pressupostos, diretrizes e princípios. Para esse fim, foi formada a Secretaria de Política Urbana (Sepurb), ligada ao atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, principiando a elaboração da política governamental na área da habitação, que, mais tarde, culminou na nova Política Nacional de Habitação – PNH (MARGUTI, 2012).

Nesse período, os programas habitacionais federais, capitaneados pela Sepurb, Pró-Moradia e Habitar-Brasil (Habitar-Brasil-BID, a partir de 1999), foram responsáveis pela produção de, aproximadamente, 450 mil unidades habitacionais (Azevedo, 2007). Além disso, os dados da Sepurb apontam ainda a realização de 5.416 obras, por ambos os programas, com o aporte de R\$2,162 milhões para o benefício de 722.524 famílias, no período de 1995 a 1998 (Santos, 1999).

Em 2000 é criado o programa Morar Melhor, tendo como objetivo central a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população na faixa de renda de 0 a 3 salários-mínimos, priorizando o atendimento às famílias cujos chefes fossem mulheres e aos domicílios em áreas de risco, insalubres ou em condições de degradação ambiental. O programa foi responsável pela construção de cerca de 110 mil unidades habitacionais, das quais quase 60% na região Nordeste, atendendo à parcela mais vulnerável da população, nas regiões mais pobres do país (Carmo, 2006).

A partir de 2003, as políticas habitacional e urbana ganharam novo patamar na agenda política nacional, após a sanção do Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001) e a criação do Ministério das Cidades, “encarregado de formular a política urbana em nível nacional e fornecer o apoio técnico e financeiro a governos locais” (Rolnik, 2015, p. 294), reunindo, pela primeira vez, as pastas das políticas setoriais (habitação, saneamento e transporte) em âmbito federal e reconhecendo a relevância da agenda pela reforma urbana. (MARGUTI, 2016, p. 121)

Alguns dos experimentos municipais previstos ao longo da década de 1990, como a instauração de espaços de participação social e a autogestão na produção habitacional, foram integrados às iniciativas do ministério, culminando, entre outras medidas, na instituição do Conselho Nacional das Cidades. As experiências locais, em grande parte, serviram como precursores de novos métodos e desenvolveram significativamente as diretrizes apresentadas no Estatuto da Cidade, consolidado e aprovado três anos após a CF/1988. Esse estatuto, ao ser criado, representou a consolidação do que seria uma nova agenda urbana brasileira para os anos 2000, trazendo um conjunto de ferramentas ou instrumentos que deveriam ser implementados nas cidades por meio da elaboração e execução dos planos diretores, instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana (MARGUTI, COSTA e GALINDO, 2016).

No âmbito da PNH, elaborada em 2004, foi criado, em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) – fruto da Proposta Legislativa de Iniciativa Popular (PL) no 2.710/1992 –, além de um fundo (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS) e um conselho gestor nacional, com participação de representantes do governo federal e da sociedade civil. A Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, deu tratamento federativo ao tema da moradia ao prever que as Unidades da Federação (UFs) e os municípios aderissem ao sistema, devendo criar seus fundos e conselhos locais. Essas iniciativas foram estimuladas pelo governo federal, que realizou uma ampla campanha nos estados e municípios e os apoiou na elaboração dos planos locais de habitação (Ipea, 2016).

Até 2007, cerca de 550 mil unidades habitacionais já haviam sido financiadas pelo FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), movimento possibilitado pelo acréscimo de recursos para o financiamento habitacional, previsto na PNH, objetivando ampliar o mercado para setores populares e promover a “otimização econômica dos recursos públicos e privados investidos no setor habitacional” (BRASIL, 2014 apud ROLNIK, 2015).

No ano de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um pacote de medidas econômicas direcionadas, sobretudo, em investimentos públicos na realização de obras de infraestrutura (CARDOSO e DENALDI, 2018, p. 4). O primeiro Balanço Global do PAC-1 (primeira etapa) caracterizou um investimento de R\$619 bilhões. O programa teve como característica a busca de resultados rápidos e, portanto, priorizou projetos já pré-existent nos municípios do país.

O modelo normativo do PAC permite promover a urbanização integrada dos assentamentos, entendida como o tratamento dos diferentes problemas

encontrados nesses territórios e associados, entre outros, com os seguintes temas: déficit ou inadequação (por meio da produção de novas moradias ou requalificação habitacional); saneamento integrado, mobilidade, estrutura urbana e viária; acesso a equipamentos e serviços públicos; recuperação ou requalificação ambiental e eliminação de situações de risco. (CARDOSO e DENALDI, 2018, p. 27)

Um dado importante a ser considerado, é que o Governo Municipal de Osasco, foi o 7º maior receptor de recursos do país, de investimento em urbanização pelo PAC. Com valor de R\$165.526.834, referente ao período de 2007 e 2008; e R\$213.856.586, referente ao período de 2009 e 2010.

Adiante, de acordo com Rolnik (2015), em 2008, os empréstimos já alcançavam a casa dos R\$40 bilhões, e as incorporadoras possuíam grandes estoques de terras para o lançamento de cerca de 200 mil unidades habitacionais no segmento econômico. Frente ao cenário econômico, o setor empresarial, abalado pela crise hipotecária ocorrida nos Estados Unidos em 2008, propôs ao Ministério da Fazenda uma solução habitacional nos moldes das experiências mexicana e chilena, a qual incluía o subsídio direto ao comprador. A concepção final das negociações origina o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), difundido em março de 2009, com o plano de construção de 1 milhão de moradias e incorporação de uma faixa de atendimento totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário (ROLNIK, 2015).

Ainda segundo Rolnik (2015), o programa sustentou os altos níveis de aplicação na esfera da construção civil e no país nos anos subsequentes. O PMCMV é incluído ao Plano Nacional de Habitação (PlanHAB), inaugurado em dezembro de 2009. O PlanHAB objetiva ser um considerável aparato de planejamento para o setor habitacional e tem como diretriz reduzir, no prazo de até quinze anos, o déficit habitacional, estimado em 7,9 milhões de domicílios.

Nesse contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tem como objetivo facilitar a produção habitacional amplamente, enfrentando o déficit habitacional, gerando sua redução a longo prazo. Simultaneamente, foi concebido com uma função anticíclica para a política econômica do país como resposta à crise internacional de 2008. Diante da nova conjuntura macroeconômica, o governo federal implementou medidas para mitigar os impactos da crise econômica em diversos setores da economia nacional, incluindo uma série de incentivos destinados à produção habitacional, fomentando a geração de empregos e o crescimento econômico (Brasil, 2009, p. 190).

Por demanda dos movimentos de moradia, do Fórum Nacional da Reforma Urbana e dos movimentos sem-terra, foram incluídas no programa as modalidades Minha Casa Minha Vida Entidades e o PNH-Rural, voltadas para a construção por associações e cooperativas autogeridas e para pequenos produtores da agricultura familiar. Sobre isso, Rolnik (2015, p. 302) aponta que “desde o lançamento do programa, o MCMV-Entidades e o PNH-Rural representam, juntos, 1% do total das unidades e recursos do MCMV”. Antes do lançamento do PMCMV, houve ainda a inclusão de uma modalidade voltada para os municípios com menos de 50 mil habitantes, pleito das entidades municipalistas acerca da necessidade de uma política habitacional que atendesse às demandas habitacionais dos pequenos municípios.

O PMCMV chega a 2014 com um total de 3,75 milhões de moradias contratadas nas duas primeiras fases, e sua terceira fase prevê mais 3 milhões de habitações, conforme anunciado, em 2014, pela Presidência da República (Ipea, 2016). Os efeitos do PMCMV, no que diz respeito ao enfrentamento do déficit habitacional por meio da produção habitacional em larga escala, devem ser reconhecidos, ainda que análises críticas relativas ao alinhamento entre a política (e o PlanHAB) e o PMCMV devam ser também anotadas. (MARGUTI, 2016, p. 123)

Os programas habitacionais desenvolvidos no país regularizaram muitas obras e projetos, além da construção de muitas moradias para a população. Porém, também são marcados por muitos atrasos em entregas de conjuntos habitacionais e desinvestimento ou congelamentos de obras. Deste modo, a política habitacional é constantemente desestimulada e prejudicada pelas questões políticas e econômicas.

Contudo, atuação social na área de habitação de interesse social desempenha um papel crucial nas políticas habitacionais e urbanas. Este processo de trabalho se desenvolve em áreas específicas, implementando uma ampla gama de ações, guiado por uma abordagem socioeducativa e política, fundamentada em princípios democráticos e de justiça social. O objetivo principal deste trabalho é melhorar a qualidade de vida das pessoas, promovendo a defesa dos direitos sociais, facilitando o acesso à cidade, à moradia e aos serviços públicos, ao mesmo tempo em que incentiva e fortalece a participação e a organização da população. É fundamental que o trabalho social esteja alinhado e integrado às diretrizes das políticas urbanas e habitacionais.

De acordo com um estudo elaborado no Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, em 2006:

O trabalho social é concebido como um conjunto de ações inclusivas de natureza socioeducativa, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Pública de Habitação, com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle social dos programas de moradia. (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006, p. 24)

Dentro dessa abordagem, a atuação social adota uma orientação ética e política que é democrática, educativa e organizativa. Ela estimula a participação ativa da população, promovendo a ação coletiva e encorajando o exercício diário do protagonismo cidadão. Essa abordagem busca compartilhar informações, investir na capacitação dos indivíduos e facilitar a apropriação de novos valores e conceitos relacionados à moradia e convivência no ambiente urbano (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006).

A implementação do projeto de trabalho social envolve aspectos político-institucionais e socioeducativos, abrangendo diversas dimensões interdependentes, como o planejamento, a articulação e a integração das ações públicas, a interação direta com a população e o território, além da supervisão, monitoramento e avaliação (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006).

Dentro desse contexto, as orientações gerais para o trabalho social em habitação de interesse social incluem: promover a cidadania e defender os direitos sociais, especialmente o direito a uma moradia digna; incentivar a participação e organização da população em movimentos sociais e outras formas associativas; compreender o território como um espaço de relações sociais e disputas; respeito às diferenças e diversidades presentes; e capacitar os residentes nos territórios de intervenção.

É preciso estar ciente de que muitas políticas acarretam consequências inesperadas, ou seja, consequências que não eram nem previstas nem necessariamente desejadas. Em outras palavras, devemos fazer uma distinção entre políticas que pretendem ter impacto nas crianças ou na infância e políticas que não têm esse objetivo, mas que podem ter grandes consequências para elas – para o bem ou para o mal. Pode-se argumentar que, na medida em que essas políticas não são direcionadas à infância, não há por que discuti-las. Mas esse argumento é indefensável – eu diria, inclusive, que muito do que se passa com a infância no sentido de sua formação e transformação, e muito do que influencia as crianças no seu dia a dia é, na verdade, instigado, inventado, ou simplesmente ocorre sem que houvesse a menor preocupação com as crianças ou a infância. (QVORTRUP, 2010, p. 783)

Face ao território e às políticas públicas e sociais, ressaltamos as políticas voltadas às infâncias brasileiras. Embaso-me ao fato de que as políticas públicas e sociais advêm da necessidade de enfrentamento das desigualdades sociais no território, e as infâncias não são uma parte alheia a ele, ao contrário, são constituintes e pertencentes às modificações sociais vivas ao qual ele está submetido.

Atualmente, as leis vigentes no Brasil (Constituição Federal 1988 e Lei 8.069/1990 - ECA) atendem determinações internacionais que obrigam respeito,

dignidade e pleno desenvolvimento da infância e adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) admite as crianças e os adolescentes como cidadãos possuidores de direitos e sujeitos em construção que necessitam de proteção, e tem grande importância quanto ao avanço da construção de uma nova visão de infância.

O ECA determina que a proteção integral depreende os direitos humanos fundamentais, o que suscita que a eles devem ser garantidos, “por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. (SILVA e RAICHELIS, 2021, p. 17).

Há também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. O programa visa garantir alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica em escolas públicas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (FNDE, 2020)

Ademais, existe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, teve início em 1996 como uma iniciativa do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reorientando o combate ao trabalho infantil em carvoarias na região de Três Lagoas (MS). Posteriormente, sua abrangência foi expandida gradualmente para abranger todo o país, refletindo o comprometimento do Estado Brasileiro na implementação de políticas públicas contra o trabalho infantil, em resposta às demandas da sociedade articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Em 2005, houve uma integração do PETI com o Programa Bolsa Família, resultando em mudanças significativas para melhorar a gestão da transferência de renda. A partir de 2011, o PETI foi oficialmente instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa intersetorial integrado da Política Nacional de

Assistência Social. Isto abrange transferências de renda, trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes em situação de trabalho.

A discussão sobre a Redesenho do PETI teve início em 2013, considerando os avanços na estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a evolução da política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, bem como a nova configuração do trabalho infantil no Brasil, revelada pelo Censo IBGE 2010.

A reformulação do programa, iniciada em 2013, buscou agilizar as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, alinhando-se com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2ª edição, 2011- 2015) e com a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023).

No Brasil, temos o Sistema Único de Saúde (SUS), órgão público para acesso gratuito à saúde materno-infantil, vacinação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023)

Ademais, há o Conselho Tutelar, órgão colegiado encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, exercendo papel fundamental quanto a denúncias de abuso e violência infantil. O Conselho Tutelar é um segmento de atuação fortemente ligado ao território, já que, os conselheiros tutelares são eleitos em seus determinados municípios e vistoriam denúncias advindas de moradores das ruas, bairros e cidades. Seu trabalho é vinculado à territorialidade e comunidade.

O sistema de proteção integral à criança e ao adolescente é amplo e bem desenhado enquanto política pública e social. O ECA tem essencial importância à proteção das infâncias e o Serviço Social é aliado aos enfrentamentos da vida cotidiana.

III - OLHAR AS INFÂNCIAS: PAPEL DO ESTADO, DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelece em seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

3.1 Papel do Serviço Social no estudo das infâncias

Existem diversas infâncias e juventudes. Isto pode ser analisado a partir do contexto socioeconômico, familiar, psicológico, histórico e territorial. Os meios em que estamos inseridos acabam por dinamizar nossas vivências e construção enquanto sujeitos sociais. Del Priore (2010) descreve que a história das crianças no Brasil e no resto do mundo é diferente da descrita por organizações internacionais e pelas autoridades – estão, cotidianamente, imersas em contextos sociais e políticos adversos.

Dito isto, anuncia-se o Serviço Social como área necessária para o desenvolvimento e compreensão desta temática. O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, apresenta-se num conjunto de instrumentos operativos que colaboram para a intervenção nas diversas dimensões da realidade social, intervindo na lógica neoliberal e se posicionando contra o capitalismo e suas formas perversas de dinamizar a vida humana. Nessa direção, os instrumentos detêm sentido crítico que perpassam pelos elementos teóricos, éticos, e políticos que envolvem a profissão, por isso a importância de romper com a divisão entre teoria e prática, e utilizar a *práxis* que acompanha a profissão.

A profissão tem como um dos princípios a defesa intransigente dos Direitos Humanos e tem um complexo papel de luta pela asseguarção de direitos constitucionais a todos.

o trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo [...] Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública. (RAICHELIS, 2011 *apud* COSTA, 2019)

Como afirma Netto (2001), inexistente qualquer "nova questão social". O que surge, são novas expressões da "questão social" que são invencíveis sem a superação do capitalismo. “A dinâmica societária específica dessa ordem incorpora, a cada novo estágio de seu desenvolvimento, expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser.” (NETTO, 2001, p. 57).

Assim, a “questão infantil” também não pode ser considerada uma “nova” expressão da “questão social”, porque crianças sempre existiram e estiveram presentes em todos os períodos históricos, apesar de a infância propriamente estudada, começa a ser vista a partir do século XVIII.

Antes, as crianças eram vistas como algo reservado às questões privadas da família e não como objeto de intervenção estatal - isto, obviamente, direcionado a crianças brancas e com famílias com boas condições financeiras, completamente

diferente das crianças que trabalhavam em fábricas ou que se encontravam em situação de rua, por exemplo (COSTA, 2019).

No decorrer do século XVIII, o novo conceito de infância manifestado, em conjunto com o conceito de família, também abordou importante papel na implementação do trabalho fabril. Durante o processo de Revolução Industrial, o Estado, a partir de ideais burgueses e iluministas, começa a criar estratégias sociais para que a população se comportasse de maneira mais disciplinada e civilizada - esta maneira, claro, de acordo com a nova ordem que estava sendo estabelecida, obedecendo à dominação burguesa que se consolidava.

Desta forma, a partir da Idade Moderna a criança começa a ser vista como um produtor em potencial, iniciando assim, o ciclo de mão de obra barata no trabalho nas indústrias, e com a lógica trabalhista implantada ao modelo de ensino e a todas as normas sociais.

Atualmente, como incorporado à seção anterior, a Constituição Federal 1988 e a Lei 8.069/1990 – ECA, desempenham papel fundamental na asseguarção de direitos das infâncias e adolescências do país.

No entanto, diante da conjuntura do capitalismo atual e das desigualdades sociais, muitos destes direitos são tirados de crianças e de adolescentes, por todo o país. O cerne do capitalismo está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho, que tem como resposta as expressões da questão social. E segundo Behring (2009), no decorrer de sua imposição, se mostra como fator principal da desigualdade social que explicita o pauperismo e outras expressões da questão social. Com o crescimento alavancado e cada vez mais demanda por lucro após a Revolução Industrial, há a exploração da classe trabalhadora, com jornadas exaustivas de trabalho em condições degradantes e atenuantes, sem o mínimo de direitos à população.

Diante dessas reflexões as infâncias e as juventudes periféricas e pobres, sofrem todas as formas de atrocidades do sistema vigente, com políticas neoliberais de exclusão, resultando no difícil acesso às políticas sociais básicas visando o seu pleno desenvolvimento: saúde, educação, habitação e assistência social.

Logo, aqui entra o papel da atuação do Serviço Social, contribuindo também com políticas públicas e sociais. Algumas legislações importantes são: A Lei Orgânica da Assistência Social – Loas em 1993; o Sistema Único de Assistência Social – Suas e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004; a Tipificação Nacional dos

Serviços Socioassistenciais em 2009; a Lei nº 12.435, de 2011, que dispôs sobre a organização da Assistência Social, entre outras.

A profissão desempenha um papel crucial no estudo das diferentes infâncias ao atuar como mediador entre as demandas das crianças e suas famílias e os serviços públicos disponíveis. O Serviço Social atua na promoção e defesa dos direitos das crianças, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam reconhecidas e respeitadas. Isso inclui a luta contra a exploração, abuso e negligência, bem como a promoção do acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer.

O Serviço Social é aliado ao desenvolvimento de projetos e assistência às infâncias e juventudes, juntamente com outras áreas de pesquisa e atuação. Trabalha com a promoção de direitos e a efetivação destes. Está (ou deveria estar) em escolas, em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - sendo estes, respectivamente, um serviço público responsável pela oferta de serviços, programas, benefícios e projetos sociais, que atende famílias e indivíduos na comunidade e oferta serviços voltados a crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, objetivando o trabalho social com famílias para fortalecer seus vínculos, promover o acesso a direitos e à melhoria de sua qualidade de vida; e uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, com complexidade alta, com maior índice de violência e/ou abuso. Além dos diversos espaços ocupacionais em que estamos inseridos: habitação, cultura, saúde, justiça, relações de trabalho, entre outros.

O trabalho profissional atua no acolhimento de crianças em situações de vulnerabilidade, como aquelas em situação de rua, vítimas de violência doméstica ou em sistemas de proteção à infância. As atribuições incluem, de forma prática, suporte emocional, avaliação das necessidades e encaminhamento para serviços adequados. Além de ter como comprometimento ético o olhar crítico-social que serve como aliado no combate às diferentes violências.

É importante destacar também a pesquisa de Silveira (2002), que expõe e denuncia de forma pioneira no Serviço Social, a questão étnico-racial na adoção, especificamente a conjuntura de crianças e adolescentes pretos e pardos, que sofrem com o racismo estrutural brasileiro.

Segundo a autora, no âmbito da adoção, existe uma tendência notável para não apenas considerar os fatores raciais como parte integrante da identidade das crianças

disponíveis para adoção, mas também utilizá-los como critério de seleção. Nesse contexto, as crianças podem ser aceitas ou rejeitadas, o que abre espaço para potenciais atos discriminatórios. A cor surge então como mais um componente “visível do campo ideológico constituído de estereótipos, de preconceitos que demonstram a imagem do negro inferiorizada em relação ao branco”. (SILVEIRA, 2005, p. 19)

Ademais, o Serviço Social intervém nas dinâmicas familiares para garantir ambientes seguros e saudáveis para o desenvolvimento infantil. Isso pode envolver a orientação dos pais, mediação de conflitos familiares, e o fornecimento de recursos e suportes para fortalecer as capacidades parentais. Os(as) profissionais estão presentes também na educação, e podem ser facilitadores na construção de relações com as crianças e seus pais, cuidadores, professores e outros profissionais. Assim, a profissão promove práticas que respeitem os direitos da criança, incentivem seu desenvolvimento saudável e fortaleçam os laços familiares.

O Serviço Social como um todo, reconhece (ou deveria reconhecer) a importância da participação das crianças em decisões que afetam suas vidas. Profissionais podem criar espaços seguros para que as crianças expressem suas opiniões, desejos e necessidades, promovendo a autonomia e o respeito pela diversidade de vozes. As infâncias não devem ser vistas apenas como objetos de proteção, mas sim como uma fase de crescimento e de aprimoramento humano, onde as crianças têm o direito de decidir e participar de seu bem-estar (RUIZ-CASARES et al, 2017).

Outrossim, assistentes sociais podem realizar pesquisas para compreender as diferentes realidades das infâncias, identificando fatores de risco, desafios e necessidades específicas, contribuindo assim, para a formulação de políticas e práticas mais eficazes na promoção do bem-estar infantil.

Portanto, alego que a profissão está inserida nesta discussão como importante componente de observação, luta, construção de indicadores sociais e, assim, de idealização de políticas públicas e sociais. Além de confiar que os atores sociais são objeto de mudança da construção social à qual estamos inseridos.

É crucial ressaltar, no entanto, que o enfoque específico do Serviço Social na primeira infância, tanto na prática profissional quanto na esfera acadêmica, deve considerar a importância de criar ambientes propícios para que a criança tenha voz e possa expressar suas opiniões. Dessa forma, as percepções adultas e as narrativas sobre as crianças representam uma barreira significativa para a participação infantil, demandando uma mudança no pensamento e comportamento dos adultos, abandonando

a premissa de que as crianças possuem conhecimento limitado. Isso envolve também a promoção de compreensão e apoio por parte dos profissionais que trabalham com essas crianças (COLLINS, 2011).

Desse modo, o assistente social enquanto profissional com “projeto ético- político para a profissão que orienta um fazer profissional comprometido com a sustentabilidade, universalização e ampliação dos direitos sociais” (MAIOR et al, 2018), tem potencial para colaborar com um novo olhar quanto as infâncias a partir dos fundamentos e princípios do trabalho do assistente social, nas dimensões teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa e avançar assim, com uma perspectiva social, a postura da profissão quanto às infâncias. (TEBET e ABRAMOWICZ, 2014, *apud* COSTA, 2019).

Com isso, devemos pensar ainda, no direito de cada adolescente, menino ou menina, à participação cidadã.

Uma participação que promove o conhecimento e a ação, a mobilização e a transformação. Porque, além de um direito, a participação é uma poderosa aliada na geração de oportunidades de desenvolvimento e de enfrentamento das vulnerabilidades. Também é um caminho privilegiado para encontrarmos, junto com os adolescentes, respostas para as complexas questões que emergem para cada um de nós e para o mundo em que vivemos neste século 21. (POIRIER, p. 5, Apresentação)

Ao longo dos anos desde a redemocratização, o país tem se empenhado em estabelecer um arcabouço legal que abranja políticas públicas para assegurar às nossas crianças e adolescentes o necessário para um desenvolvimento adequado e saudável, considerando-os como segmentos que demandam prioridade absoluta. Contudo, nem sempre as estruturas e os serviços oferecidos estão alinhados com o aparato legal, muitas vezes aquém do preconizado, o que resulta em falhas nos objetivos de garantir direitos e fornecer políticas de proteção adequadas.

Como já apontado neste trabalho, a finalidade aqui, é promover e destacar o Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento, situado nas Ciências Sociais Aplicadas, e como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007), e salientar que a “questão social” é “o elemento fundante do exercício profissional, o qual interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso e a direitos sociais e do exercício da cidadania” (IAMAMOTO, 2001), logo, se torna necessário para a construção de um olhar específico para a infância (COSTA, 2019).

Nesse contexto, a política de assistência social tem procurado estruturar-se em torno de serviços e equipamentos públicos com o propósito de desempenhar seu papel e cumprir sua função legal de proteção e promoção social. O objetivo é assegurar direitos e fortalecer os vínculos dos atores sociais encarregados de zelar pelos primeiros anos de vida dos cidadãos: a família, a sociedade e o Estado.

Apesar dos desafios decorrentes da limitação orçamentária destinada à política de assistência social, sobretudo quando comparada a outras áreas como a saúde, que demanda maior estruturação material, e a educação, que exige um maior investimento em recursos humanos, é crucial reconhecer a importância dos estudos em políticas públicas. Eles têm ressaltado a necessidade de se adotar uma abordagem interdisciplinar e interconectada, a fim de otimizar esforços e promover soluções mais eficazes diante da complexidade das manifestações da questão social.

Em suma, o Serviço Social desempenha um papel essencial na compreensão, promoção e defesa das diferentes infâncias, garantindo que as políticas e práticas reflitam uma abordagem sensível às necessidades específicas das crianças em diversas realidades, contextos, sociabilidades e territórios.

3.2 Reflexões sobre a influência do território na construção do ser social

O ser social é constituído a partir da interação com a natureza, com o trabalho modificando o espaço e a partir das vivências que esse processo traz a cada um. Desta forma, o território ao qual estamos submetidos nos traz aproximação com experiências iguais, parecidas ou completamente específicas.

A sociedade não pode existir sem a natureza - afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza - o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. (NETTO, 2012, p. 47. Grifos do autor)

Assim, a constante relação entre *ser humano x trabalho x natureza*, implica na constituição do ser social e da sociedade. A transformação aplicada e ao mesmo tempo sofrida por esses conceitos é o que molda o território e o ambiente construído. Logo, o

território e o ambiente construído também moldam o ser social, pois é um processo recíproco de modificação.

A partir da nossa experiência com a realidade, com os contextos sociais e problemáticas do sistema ao qual estamos inseridos e sua dinamização, estamos concomitantemente sujeitos à transformação e participação das mudanças, conjuntamente ao espaço em questão.

Não se pode separar a sociedade dos seus membros: não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos de sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui. (NETTO, 2012, p. 49)

A construção do ser social no âmbito do Serviço Social é influenciada por diversos fatores, incluindo as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. A profissão reconhece que os indivíduos não existem isoladamente, mas são moldados e influenciados pelo contexto social em que estão inseridos.

O Serviço Social parte do pressuposto de que a sociedade é marcada por desigualdades e injustiças, e a construção do ser social é permeada por essas dinâmicas. A profissão busca compreender as diferentes dimensões da vida social, considerando não apenas as necessidades imediatas das pessoas, mas também as estruturas que perpetuam a desigualdade e a exclusão.

Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social busca não apenas atender às demandas emergenciais, mas também promover a transformação social. Isso envolve ativamente o empoderamento do indivíduo, quanto à autonomia, mas também a valorização da consciência coletiva da classe trabalhadora para lutar contra as desigualdades que perpetuam a injustiça social.

A construção do ser social no Serviço Social, portanto, está profundamente ligada à compreensão das relações sociais, das condições de vida e das possibilidades de transformação para a promoção do bem comum. Essa abordagem visa não apenas mitigar os efeitos das desigualdades, mas também criar condições para que os indivíduos exerçam plenamente sua cidadania e se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, é possível afirmar que o território desempenha um papel fundamental na construção do ser social, influenciando a forma como os indivíduos percebem,

interagem e se desenvolvem no contexto social. A relação entre território e construção do ser social é complexa e multifacetada, envolvendo fatores geográficos, culturais, econômicos e políticos.

Alguns fatores agravantes podem ser identificados, como por exemplo: *cultura e identidade* - o território, muitas vezes, está intrinsecamente ligado à cultura e à identidade das comunidades. As características geográficas e históricas de um território moldam as tradições, os valores e as práticas sociais, contribuindo para a construção da identidade coletiva e individual.

Outro fator pode ser o *acesso a recursos*: a distribuição de recursos no território afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Territórios com acesso limitado a serviços básicos, como saúde, educação e emprego, podem impactar negativamente a construção do ser social, restringindo oportunidades e aumentando as desigualdades.

Atualmente, há também as *redes sociais e comunidades*: o território é o contexto no qual as redes sociais e as comunidades se desenvolvem. A proximidade geográfica pode facilitar ou dificultar a interação social, influenciando a construção de relações interpessoais e comunitárias. Comunidades fortes e coesas podem promover o apoio mútuo e a solidariedade, contribuindo para o bem-estar social.

Há também a *estigmatização e exclusão* (que pode ser referenciada por todo o corpo deste trabalho): certos territórios podem ser estigmatizados devido a preconceitos históricos, estereótipos ou condições socioeconômicas desfavoráveis. A estigmatização do território pode impactar a autoestima e a autoimagem dos indivíduos que vivem nesses locais. Tal estigmatização é impactada diretamente pelo racismo e pela criminalização do pauperismo, condição produzida pelo capitalismo.

Outro exemplo seriam as *participações cívica e política*: a organização política e cívica muitas vezes está ligada ao território. A estruturação de espaços para participação política e cívica, como associações de moradores e conselhos comunitários, pode impactar diretamente a capacidade das pessoas de exercerem sua cidadania e participarem ativamente na construção do bem comum. Os movimentos sociais diversos também são fruto das violências sociais e territoriais sofridas nos espaços.

Por fim, existem os *impactos ambientais*: o território também está relacionado aos desafios ambientais. Comunidades que sofrem com problemas como poluição, degradação ambiental ou desastres naturais podem experimentar impactos significativos na saúde física e mental, afetando assim a vida e a constituição social.

Portanto, o território não é apenas um espaço físico, mas um contexto dinâmico que molda as experiências e as relações sociais. Compreender como o território influencia a construção do ser social é essencial para desenvolver abordagens eficazes no campo do desenvolvimento social, planejamento urbano e assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as leituras realizadas, se apreende que os contextos sociais em que estão inseridas as infâncias do país e do estado de São Paulo influenciam e muito no seu crescimento e desenvolvimento, e para além disso, a perspectiva de futuro.

O capitalismo está impregnado em todos os aspectos da sociedade, e as expressões da questão social influenciam e norteiam as perspectivas de vida de todos os seres sociais. O ser social é constituído na infância e suas experiências e vivências irão repercutir durante toda a sua vida. As políticas públicas e sociais (ou a falta delas), também ofertam ou não, qualidade de vida.

Além disso, segundo Moreira (*apud* CASTRO, 2004) “É preciso lembrar que ao lado do direito à proteção, crianças e adolescentes são cidadãos com direito à liberdade de opinião e expressão, entre outros” (p. 194). Desta forma, é necessário ter cautela para

que a proteção para com estes, não se torne um método de silenciamento ou uma atecnia do próprio estudo sobre o tema.

Há alguns impasses relevantes constatados por muitos autores que se dedicam à infância e à adolescência. Um deles, considerado um dos mais recorrentes, é o entendimento de que a sociedade brasileira contemporânea nos processos de socialização de crianças e adolescentes valoriza a construção da autonomia. Vale lembrar a permissão do voto para maiores de 16 anos, a inclusão no mundo do trabalho a partir dos 14 anos (entre 14 e 16 anos, é considerado aprendiz). (BUSSON, 2012 apud CASTRO, 2004, p. 195)

Existem também aqueles que, guiados pela influência da história e pela construção social, argumentam que é necessário superar perspectivas neutras e reconhecer a adolescência como um processo de construção moldado por condições históricas, culturais e sociais específicas (OZELLA, 2003).

Ademais, diferente do senso-comum da jurisdição e do que vemos no dia a dia na maioria dos espaços educacionais e de caráter “civilizatório”, segundo Salles (2005), a sociologia interpreta a necessidade de entender as crianças e os(as) adolescentes como atores, isto é, como sujeitos e não só como sujeitados.

Concluo, defendendo que devemos pensar a criança e o adolescente sob um olhar mais dinâmico e atual, afirmando e incentivando-os como sujeitos de direitos e de vontades, introduzidos em uma cultura globalizada e com informações diversas, à palma da mão. Porém, compreendendo e tomando ciência de que o sistema de gênero torna as adolescentes mais vulneráveis, e tende a condicionar suas vontades, como não sujeito.

Destaco ainda: “as crianças são autênticos atores sociais que, em constante interação com o seu mundo, também influenciam a sua transformação, apesar da sua capacidade de fazer isso, geralmente não é reconhecido” (GAITÁN, 2006).

A imagem constituída de “criança ideal e adaptada”, torna tudo o que uma criança – que acaba de descobrir o mundo –, faz que fuja do “padrão”, algo ruim, constituindo assim, a imagem de criança “difícil”. Difícil por razões muito diversas: porque não se interessa pela escola, porque come mal e ganha muito peso, porque não respeita as regras internas da família, nem a autoridade dos pais, nem a dos professores, porque ele não se concentra e sempre está se mudando, porque não tem amigos, ou porque os que ele tem são tão desajustados quanto ele, porque está dependente do celular, porque fica na internet, porque insiste em se vestir de forma diferente...

Quando crianças e/ou adolescentes superam o “normal”, o que é socialmente aceito como “coisas de criança” ou “rebelião adolescente”, considera-se que se

comportam como adultos e que, nesse caso (e não noutros) devem ser tratados (punidos) como adultos. Movendo-se num esquema bastante pré-moderno, a sociedade busca relações de causa-efeito, explicações de acordo com onde houve uma socialização inadequada - famílias 'desequilibradas', pobreza, baixa escolaridade etc.

Ao invés disso, devemos aprender com as crianças também: é uma relação recíproca. Devemos olhar para elas de forma mais horizontal, reconhecendo-as como sujeitos e transformadores sociais. Permitindo que extrapolem sua criatividade, seus saberes, suas possibilidades, e que inspirem nosso presente e nosso futuro enquanto seres humanos.

Contudo, a relação entre capitalismo, território e os diferentes tipos de infância no Brasil é complexa e multifacetada, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais presentes no país. O capitalismo, como sistema predominantemente econômico, exerce influência significativa sobre as condições de vida das crianças em diferentes regiões e contextos.

O capitalismo no Brasil está intimamente ligado às desigualdades regionais, às diferentes noções de território, diferentes vivências e diferentes acessos a recursos públicos e privados. A distribuição desigual de recursos e oportunidades influencia também o acesso à educação. Crianças em áreas mais empobrecidas podem enfrentar dificuldades para frequentar escolas de qualidade, o que perpetua ciclos de pobreza e limita suas perspectivas futuras.

A urbanização associada ao capitalismo cria ambientes propícios à vulnerabilidade infantil, especialmente em favelas e áreas urbanas precárias. Crianças nessas localidades muitas vezes enfrentam condições de vida desconfortáveis, falta de acesso a serviços básicos e exposição a situações de violência.

O papel do Estado na regulamentação e na implementação de políticas públicas influencia diretamente a qualidade de vida das crianças. Iniciativas que visam fortalecer o trabalho infantil, melhorar o acesso à educação e promover o bem-estar infantil são fundamentais para mitigar as disparidades.

Portanto, a compreensão da relação entre capitalismo, território e diferentes tipos de infância no Brasil requer uma abordagem múltipla, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais, culturais e políticos. A busca por equidade e justiça social é essencial para garantir que todas as crianças tenham oportunidades igualitárias, independentemente de sua origem ou local de residência.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S. (organizador). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARAUJO, M. F. I. **Reestruturação produtiva e transformações econômicas:** Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, 2001. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/spp/a/BZYPLWxdRnmMkxhk6yxRndb/?format=pdf&lang=pt>>.

ARREGUI, C. C.; RODRIGUES, M. L. P.; BLANCO, M. A.; PAZ, R. D. O. **Impactos da política habitacional na vida dos moradores da cidade:** a experiência de Osasco/SP. Cadernos de Pesquisa do Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza. São Paulo: Observatório Social e do Trabalho, Ano 2, 2014.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

AZEVEDO, G. A. N.; TÂNGARI, V. R.; FLANDES, A. **O habitar das infâncias na cidade:** territórios educativos como uma forma de resistência. Rio de Janeiro: Desidades, Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, 2020.

BEHRING, E. R. **Política social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BLAY, E. A. **Habitação:** a política e o habitante. In: A luta pelo espaço. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo:** O problema e o falso problema. Estudo apresentado na 27a Reunião Anual da SBPC, 1975.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** o caso de São Paulo (1930 - 1954). São Paulo: FAU-USP, 1994.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 2011.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Precariedade no Brasil urbano. Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEM/Cebrap. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. Cadernos M. Cidades, n. 4, Brasília/DF, 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Boaz% 202/Downloads/Politica% 20Nacional% 20 Habitacao.pdf](file:///C:/Users/Boaz%202/Downloads/Politica%20Nacional%20Habitacao.pdf)>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/acao-estrategica-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselhos Tutelares. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/conselhos-tutelares>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

CALDEIRA, L. B. **O conceito de infância no decorrer da história**. Minas Gerais: Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

CALLIGARIS, C. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S. **Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro: 23 a 27 de maio de 2011. Disponível em:

<<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/683/669>>.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Cultivando Vida, Desarmando Violências - Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza**. 2. ed. Distrito Federal: UNESCO, 2001.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, C. T. Q. **A emergência do olhar do serviço social para a primeira infância**. Brasília: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/Boaz%202/Downloads/1822-ArticleText-3508-1-10-20200128%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Boaz%202/Downloads/1822-ArticleText-3508-1-10-20200128%20(1).pdf)>.

DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990. Convenção sobre os Direitos das Crianças. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

DEL PRIORE, M. (organizadora). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Minas Gerais: Aldeia Global Editora, 1979.

FÁVERO, E. T. (organizadora). **Infâncias e juventudes: proteção de direitos e violações**. São Paulo: EDUC, 2021.

FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; e NOVAES, R. R. (organizadores). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

FERNANDES, R. M. C.; e MACIEL, A. L. S. (organizadoras). **O direito das crianças e dos adolescentes em análise**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2012.

FREIRE, P. **Política e Educação: Ensaios**, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAITÁN, L. M. **Sociedad, infancia y adolescencia, ¿de quién es la dificultad?** - Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria. 17. ed. pp. 29-42. Sevilla, España:

Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social, 2010. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/pdf/1350/135013577003.pdf>>.

GOBBI, M. A. **Infâncias removíveis, crianças descartáveis**: ensaios sobre uma remoção de casas e vidas na cidade de São Paulo. Educação Temática Digital Campinas, São Paulo, v.23, n.2, p. 466-486, 2021. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000200466>.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Espaço temático: Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez., 2018. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf>>.

GONÇALVES, S. et al. **Dez anos da Política Habitacional do Município de Osasco**: avanços, potencialidades e a continuidade de uma política. Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (2014 : São Bernardo do Campo, SP) Anais do I URB Favelas: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas / organizadores: Rosana Denaldi [et al.]. São Bernardo do Campo, SP: UFABC, 2014. 116 p. Disponível em:
<<https://lepur.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Anais-do-I-URBF AVELAS.pdf>>.

GUERRA, A. **Atlas de exclusão social de Osasco**: alternativa de desenvolvimento, trabalho e inclusão. Organizadores: GUERRA, A., CANUZZI, D., COELHO, R. Osasco/SP: Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão/Prefeitura Municipal de Osasco, 2007.

HARVEY, D. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e Debates, v. 6, p. 7-14, 1982. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4854784/mod_resource/content/0/HARVEY%2C%20David.%20O%20trabalho%2C%20o%20capital%20e%20o%20conflito%20de%20classes%20em%20torno%20do%20ambiente%20constru%C3%ADdo%20nas%20sociedades%20capitalistas%20avan%C3%A7adas.pdf>.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Infâncias e territórios [recurso eletrônico] / Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. – n. 1 (2022). – São Paulo : SME / COPED, 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Revista-Infancias-e-territorios-n1.pdf>>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (organizadores). **Atlas da violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. - 10. ed. - São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, M. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MARGUTI, B. O. **Políticas de habitação**. A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios à sua implementação, p. 119-133, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil_cap08.pdf>.

MOTA, A. E. (organizadora). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. **Política Social e Serviço Social**: os desafios da intervenção profissional. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf>>.

O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/publicacoes/publicacoes-1/situacao-da-adolescencia-brasileira-2011>>.

RAICHELIS, R; OLIVEIRA, I. I. M. C.; PAZ, R. D. O. **Metodologia / Plano de Trabalho Social**. Programa de Locação Social (PLS). Relatório Final. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - IEE/PUCSP. São Paulo, abr./2006.

ROLNIK, R. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras** (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7909119/mod_resource/content/6/2007_ROLNIK_2007_Territ%C3%B3rios%20Negros%20nas%20cidades%20brasileiras.pdf>.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. **Políticas públicas e participação infantil**. Educação, Sociedade e Culturas, n. 25, p.183-206, 2007. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>>.

SALATA, A.; MATTOS, E. J.; BAGOLIN, I. P. **Pobreza infantil no Brasil**: 2012-2021. Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS Data Social. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/datasocial/pobreza-infantil-no-brasil/>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVEIRA, M. **Concretude territorial, regulação e densidade normativa**. Experimental, ano 1, nº2, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

UNGARETTI, M. A. (organizadora). Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução. 1. ed. São Paulo/SP, Brasil: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude - ABMP, 2010.

UNICEF, 2023. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20possui%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o,ind%C3%ADgenas%20do%20Pa%C3%ADs%20%C3%A9%20crian%C3%A7a>>. Acesso em: 28 out. 2023.

VIEL, M. **Osasco completa 60 anos de emancipação**: conheça a história da cidade. Câmara Municipal de Osasco, 2022. Disponível em: <<https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/noticias/osasco-completa-60-anos-de-emancipacao-conheca-a-historia-da-cidade>>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

WANDERLEY, M. B.; OLIVEIRA, I. I. M. C. (organizadoras). **Trabalho com famílias**. V.1. IEE/PUCSP, 2004. Disponível em: <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/06/metodologia-familias.pdf>>.